

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

JEAN VINÍCIOS SEBASTIÃO

**A POLÍTICA DE PROMOÇÃO DO TURISMO PARA O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA CIDADE DE TATUÍ/SP.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2020

JEAN VINÍCIOS SEBASTIÃO

**A POLÍTICA DE PROMOÇÃO DO TURISMO PARA O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA CIDADE DE TATUÍ/SP.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino à Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus Curitiba*.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza.

CURITIBA - PR

2020

# TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Gestão Pública Municipal



**A Política de Promoção do Turismo para o Desenvolvimento Local: O Caso da cidade de Tatuí/SP.**

por

**JEAN VINICIOS SEBASTIAO**

Esta monografia foi apresentada às 15:00 do 23 de setembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal** – Polo de Itapetininga - SP, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza

LUCIANO DA COSTA BARZOTTO

Eduardo Bernardes de Castro

a autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:  
<http://certificados.utfpr.edu.br/validar/72F13646>

Dedico este trabalho a Deus pelo dom da vida, e a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para essa realização.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ser o criador de todas as coisas, pois sem a sua existência nada faria sentido, agradeço a todos meus familiares, amigos, colegas de classe, a tutora Solange Cristina Nunes da Costa, a orientadora Dra. Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza, e aos demais professores e funcionários desta instituição. Agradeço ainda de forma especial minha mãe Cleonice, meu pai João, minha irmã Jéssica e a minha esposa Maiara pelo apoio de sempre, além de agradecer o apoio dos colegas de trabalho Rafael e Stela.

## RESUMO

SEBASTIÃO, V., Jean. A Política de Promoção do Turismo para o Desenvolvimento Local: O Caso da Cidade de Tatuí/SP. 2020. 106 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2020.

A gestão pública do turismo tem avançado no Brasil devido a sua importância socioeconômica; pois segundo dados divulgados pelo Ministério do Turismo no segundo semestre de 2019, a chegada de turistas estrangeiros ao Brasil no ano de 2018 foi de 6,62 milhões pessoas, sendo que a receita cambial gerada por esses turistas chegou ao patamar de 5,92 bilhões de dólares em 2018. Ainda, segundo dados do Ministério do Turismo com base em informações coletadas pelo Departamento de Polícia Federal nos postos de fiscalização de migração e fronteira, o Brasil possui uma entrada de turistas estrangeiros, relativamente estagnada entre o período de 2014 a 2018; estagnação que não diminui a importância do setor; ficando o Brasil sempre em uma média variável entre 6,43 a 6,62 milhões de turistas estrangeiros. A nível municipal é preciso analisar a Política de Promoção do Turismo para o Desenvolvimento Local para que possamos entender a sistemática de fomento a atividade turística, já que o turismo acontece nas cidades; onde o turista faz uso de serviços de hospedagem, alimentação, dentre outros serviços. A exemplo, do potencial turístico dos municípios verificaremos ao longo deste trabalho que o Estado de São Paulo possui duzentos e doze municípios vocacionados ao turismo; que geram emprego e renda. Assim, o presente estudo tem como objetivo central analisar quais ações estão sendo implementadas para potencializar o desenvolvimento turístico do município de Tatuí (SP). Para tanto, esse estudo partiu do debate teórico sobre turismo e o ciclo de políticas públicas para o desenvolvimento turístico dos municípios, constatando que a temática geral sobre políticas públicas de modo geral, tornou-se pujante apenas a partir de 1960 e que os aspectos da Política Pública de Turismo no Brasil e do Estado de São Paulo com mais afinco e estrutura governamental própria, datam da década de 2000. Metodologicamente, essa pesquisa se caracteriza por ser exploratória, descritiva e analítica. A partir do estudo de caso da cidade de Tatuí (SP), descreveu-se os principais aspectos da atual política de turismo municipal e, posterior, foi feita pesquisa online com os principais gestores da política de turismo local, para analisar principalmente, as prioridades do Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí/SP (2016-2022). Também foram mapeados os principais indicadores econômicos do setor turístico local. Os resultados mostraram que Tatuí possui vinte e sete prioridades para fomentar a atividade turística, divididas em três categorias de maneira hierárquica: essenciais, importantes e desejáveis concebíveis deste 2016. E, que a cidade possui bons indicadores a nível de IDH, e ocupações formais geradas em atividades características do turismo, tais como: meios de hospedagem, alimentação, transporte, entre outros serviços necessários para atender aos turistas. Devendo seu Plano de Desenvolvimento Turístico ser revisto após o ano de 2022 a fim de realizar ajustes necessários para a elaboração de um novo plano. Por fim, o estudo visou contribuir com a administração municipal, pois neste trabalho é possível vislumbrar um panorama da gestão pública do turismo local.

**Palavras-chave:** Gestão; Políticas Públicas; Desenvolvimento Turístico; Tatuí.

## ABSTRACT

SEBASTIÃO, V., Jean. The Tourism Promotion Policy for Local Development: The Case of the City of Tatuí / SP. 2020. 106 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2020.

Public management of tourism has advanced in Brazil due to its socioeconomic importance; because according to data released by the Ministry of Tourism in the second half of 2019, the arrival of foreign tourists to Brazil in the year 2018 was 6.62 million people, and the foreign exchange revenue generated by these tourists reached the level of 5.92 billion of dollars in 2018. Also, according to data from the Ministry of Tourism based on information collected by the Federal Police Department at migration and border inspection posts, Brazil has an influx of foreign tourists, relatively stagnant between the period 2014 to 2018; stagnation that does not diminish the importance of the sector; with Brazil always averaging between 6.43 and 6.62 million foreign tourists. At the municipal level, it is necessary to analyze the Policy for the Promotion of Tourism for Local Development so that we can understand the system of promoting tourism, since tourism takes place in cities; where the tourist makes use of lodging, food and other services. For example, from the tourist potential of the municipalities, we will verify throughout this work that the State of São Paulo has two hundred and twelve municipalities dedicated to tourism; that generate jobs and income. Thus, the present study has the central objective of analyzing which actions are being implemented to enhance the tourism development of the municipality of Tatuí (SP). To this end, this study started from the theoretical debate on tourism and the cycle of public policies for the tourism development of the municipalities, noting that the general theme on public policies in general, became strong only from 1960 and that aspects of Public Tourism Policy in Brazil and in the State of São Paulo with more determination and its own governmental structure, date from the 2000s. Methodologically, this research is characterized by being exploratory, descriptive and analytical. From the case study of the city of Tatuí (SP), the main aspects of the current municipal tourism policy were described and, subsequently, an online survey was conducted with the main managers of the local tourism policy, to analyze mainly the priorities of the Tourism Development Plan of Tatuí/SP (2016-2022). The main economic indicators of the local tourism sector were also mapped. The results showed that Tatuí has twenty-seven priorities for promoting tourism, divided into three categories in a hierarchical manner: essential, important and desirable conceivable from 2016. And, that the city has good HDI indicators, and formal occupations generated in activities characteristic of tourism, such as: means of accommodation, food, transportation, among other services necessary to serve tourists. The Tourism Development Plan should be revised after the year 2022 in order to make necessary adjustments for the elaboration of a new plan. Finally, the study aimed to contribute to the municipal administration, as in this work it is possible to glimpse a panorama of the public management of local tourism.

**Keywords:** Management; Public policy; Tourism Development, Tatuí.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ciclo das Políticas Públicas.....	15
Fluxograma 1 - Estrutura dos Serviços Turísticos.....	23
Tabela 1 - Competividade em Viagens e Turismo.....	24
Fluxograma 2 - Estrutura do Planejamento Turístico Sustentável.....	26
Quadro 1 - Trajetória Histórica das Políticas de Turismo no Brasil.....	33
Quadro 2 - Modelo de Gestão Decentralizada do Turismo.....	33
Mapa 1 - Estâncias Paulistas.....	36
Quadro 3 - Municípios Estâncias (SP) .....	37
Quadro 4 - Municípios de Interesse Turístico – MIT’s (SP) .....	38
Tabela 2 - População Estimada de Tatuí perante sua Região.....	43
Mapa 2 - Mapa dos municípios vizinhos a Tatuí.....	44
Organograma 1 - Órgão Municipal de Turismo.....	45
Tabela 3 - Recurso Disponibilizado ao Turismo de Tatuí.....	47
Quadro 5 – Prioridades para o Turismo Local (Essenciais) .....	49
Quadro 6 – Prioridades para o Turismo Local (Importante) .....	50
Quadro 7 – Prioridades para o Turismo Local (Desejável) .....	51
Tabela 4 – Características dos Primeiros Municípios de Interesse Turístico.....	52
Figura 2 – Principais Conquistas do MIT.....	54
Tabela 5 – Avaliação dos Resultados: Prioridades Essenciais.....	56
Gráfico 1 – Avaliação do Resultado: Prioridades Essenciais.....	57
Tabela 6 – Avaliação dos Resultados: Prioridades Importantes.....	60
Gráfico 2 – Avaliação do Resultado: Prioridades Importante.....	60
Tabela 7 – Avaliação dos Resultados: Prioridades Desejáveis.....	62
Gráfico 3 – Avaliação do Resultado: Prioridades Desejável.....	63
Gráfico 4 – Avaliação do Resultado: Prioridades Essenciais, Importantes, Desejáveis.....	65
Tabela 8 – Ocupações formais do turismo em Tatuí.....	65
Tabela 9 – Ocupações formais do turismo microrregião “Raízes do Interior Paulista” .....	67
Gráfico 5 – PIB Corrente Tatuí.....	68
Gráfico 6 – PIB por Setor, ano 2017 (Tatuí/SP) .....	68
Gráfico 7 – PIB per Capita de Tatuí de 2015 a 2017.....	69
Gráfico 8 – IDH – Tatuí 2010.....	70



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	14
2.1. Políticas Públicas de Turismo.....	14
2.2 Desenvolvimento Local.....	20
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	28
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	28
3.2 Procedimentos da Pesquisa.....	29
<b>4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	31
4.1 Aspectos das Políticas Públicas de Turismo: Do Nacional ao Local.....	31
4.1.1 Política Pública de Turismo no Brasil.....	31
4.1.2 Política Pública de Turismo no Estado de São Paulo.....	35
4.1.3 Política de Turismo no município de Tatuí.....	42
4.2 Ações de implementação da Política Pública de Turismo de Tatuí.....	47
4.3 Principais Ações Desenvolvidas pelo Departamento de Turismo.....	53
4.4 Avaliação da Política Pública de Turismo de Tatuí.....	55
4.5 Análise de Dados Turísticos relacionados a Tatuí.....	65
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	71
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	74
<b>APÊNDICES</b> .....	82
<b>ANEXOS</b> .....	93

# 1 INTRODUÇÃO

A atividade turística, de forma notória, é o deslocamento de pessoas para outras localidades, sendo uma atividade econômica que possui desdobramentos de abrangências culturais, políticas, socioeconômicas, ambientais, ou seja, que interferem na sociedade e nas localidades turísticas de modo geral. Conforme a Organização Mundial do Turismo (SANCHO, 2001) o turismo é caracterizado pelas diversas atividades que as pessoas realizam durante suas estadas em lugares diferentes de onde os mesmos residem, por um período qualquer inferior a um ano, com diversas finalidades, podendo ser a negócios, lazer ou quaisquer outras finalidades.

Assim, podemos refletir que o turismo é uma importante atividade econômica que contribui com o setor terciário mais conhecido como setor de serviços (restaurantes, bares, lanchonetes, meios de hospedagem, atrativos turísticos, entre outros prestadores de serviço turístico), setor secundário (roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, entre outras matérias-primas transformadas em bens de consumo), setor primário (agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça) tudo para atender a demanda da populações fixa (moradores) e flutuantes (turistas) no que se refere a suas necessidades de consumo.

Essa atividade econômica possui um papel importante para o crescimento e desenvolvimento de muitas cidades brasileiras, principalmente para cidades pequenas e pouco industrializadas. Pois, evidentemente estamos vivenciando uma notável evolução no campo turístico brasileiro. Isso significa, ser inconcebível, pensar o turismo como parte de uma indústria sem expressão dentro da esfera econômica, pois o turismo é dotado de capacidade para suprir as pessoas que queiram usufruir dos serviços oferecidos por esse mercado (GALVÃO, 2018).

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Turismo no segundo semestre de 2019, a chegada de turistas estrangeiros ao Brasil no ano de 2017 foi de 6,59 milhões pessoas, e em 2018 de 6,62 milhões. Já a receita cambial gerada por esses turistas chegou a 5,92 bilhões de dólares em 2018, ou seja, esse foi o volume de gastos dos turistas do exterior que visitam o nosso país. Ainda, segundo dados do Ministério do Turismo com base em informações coletadas pelo Departamento de Polícia Federal nos postos de fiscalização de migração e fronteira, o Brasil possui uma entrada de turistas estrangeiros, relativamente estagnada entre o

período de 2014 a 2018, ficando sempre em uma média variável entre 6,43 a 6,62 milhões de turistas estrangeiros.

Porém analisando os dados do Ministério do Turismo não conseguimos verificar o motivo desta média variável que se mantém estagnada. Desta forma, podemos imaginar inúmeros motivos, a exemplo da carência ou falta de uma infraestrutura turística adequada para receber os turistas, ou seja, dispor de mais aeroportos de qualidade, de mais estradas boas, e de melhores serviços de informações aos turistas, dentre outros serviços públicos de boa qualidade.

E, ainda conforme o Ministério do Turismo Brasileiro (2019), o Conselho Mundial de Viagens e Turismo em parceria com a Oxford Economics uma das maiores e mais respeitadas consultorias econômicas do mundo, apresentou em 2019 os resultados de uma pesquisa econômica que demonstra a representatividade da atividade turística em 2018. Segundo essa pesquisa, a participação do turismo representou US\$ 8,8 trilhões ao PIB (Produto Interno Bruto) mundial (10,4%), com uma alta de 3,9%, número esse acima da expansão da economia mundial que foi de 3,2% neste período. Conforme esse estudo, a atividade turística no Brasil representava 7,9% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, crescendo de forma exponencial em 3,1% no ano de 2018, percentual esse que corresponde a US\$ 152,5 bilhões, ou seja, o turismo passou a representar 8,1% no PIB brasileiro em 2018.

Segundo o Governo do Estado de São Paulo (2018) a atividade turística tem representado nos últimos anos uma média de 10% na arrecadação estadual, podendo observar que esse setor tem contribuído fortemente para o crescimento do PIB do estado de São Paulo, auxiliando os municípios paulistas com vocação turística na geração de novas oportunidades.

Sendo esse, o caso do município de Tatuí/SP que foi reconhecido como Município de Interesse Turístico do Estado de São Paulo devido a sua vocação na área do turismo cultural (lei nº 16.429, de 31 de maio de 2017), pois a cidade abriga o maior conservatório de música da América Latina. Recebe ainda o título de Cidade Ternura, graças à receptividade de seus moradores. Destaca-se na gastronomia pelos irresistíveis doces caseiros entre eles o ABC (Abóbora, Batata Doce e Cidra), cidade essa que dispõe de vários atrativos na área cultural.

Como em qualquer outra atividade, é necessário gestão e administração para se maximizar os efeitos positivos e minimizar os impactos negativos, isso é, o desenvolvimento da atividade turística também necessita ser gerenciada para se obter resultados satisfatórios, pois a gestão está diretamente ligada a atividade de gerenciar e administrar para alcançar um determinado resultado previamente estabelecido, a gestão é utilizada para gerir organizações públicas ou privadas, tais como: empresas comerciais, instituições públicas, entidades sociais,

associações, entre outros segmentos organizacionais. Neste sentido Malmegrin (2014) explica que o termo gestão é o sinônimo de administração, sendo formado por um conjunto de princípios, normas e funções que tem por objetivo dinamizar a eficiência para se obter determinado resultado. Considerando a importância e a necessidade do planejamento das políticas públicas para a promoção do turismo em quaisquer localidades do globo terrestre, como a afirmação de Galdino e Costa (2011, p. 04) “a necessidade de melhor organização do setor turístico trouxe o planejamento, que, por sua vez, fez que se criassem órgãos e leis que atualmente regem a política pública de turismo e que são extremamente importantes a todo o contexto turístico”.

Para Oliveira (2019) o turismo é contemplado como uma das mais expressivas atividades dentro do setor econômico, sendo esse o segmento econômico expressivo na geração de emprego e renda em várias regiões do Brasil.

Segundo o IPEA (2018) o Brasil possuía até o referido ano, dois milhões de trabalhadores em ocupações formais relacionadas diretamente a atividade turística, com uma média salarial entre um a cinco salários mínimos. Dados do IPEA de 2015 apontam ainda que neste ano o Brasil tinha aproximadamente oitocentos e setenta mil ocupações informais na área de turismo. Sendo esses, os últimos retratos feitos pelo consagrado Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, sendo essa uma fundação pública federal da área de pesquisas econômicas com mais de cinquenta anos de atuação.

Mules (2001) explica que no caso de eventos que atraem pessoas de outras regiões ou países, não são valorizados apenas como atrativo turístico, mas sim pelos impactos econômicos gerados através das despesas turísticas durante suas estadias. Com isso, o autor ressalta que o desenvolvimento econômico também está atrelado ao turismo.

Estas oportunidades são geradas devido ao desenvolvimento da atividade turística, são fomentadas em vários municípios do Estado de São Paulo, pois o estado possui uma legislação própria para os municípios que apresentam vocação turística, através da Lei Complementar nº 1.261/2015 que estabelece condições e requisitos para que os municípios paulistas possam ser classificados na categoria de Estâncias Turísticas ou MIT's (Municípios de Interesse Turístico) e conforme essa legislação os municípios que recebem essa distinção passam a receber anualmente recursos estaduais específicos para fomentar o desenvolvimento turístico local.

Nesta perspectiva, se faz necessário que os governos invistam recursos públicos para fomentar o desenvolvimento turístico das cidades brasileiras, considerando que a atividade turística é capaz de gerar emprego e renda, principalmente para cidades menores, pouco

industrializadas. Sendo esse, o ponto de vista de Moura (2019) explica que o turismo reúne vários setores de uma região ou local, tais como artesanato, gastronomia, atrativos culturais e naturais. A mesma ressalta, que o turismo é uma atividade entrelaçada com outros setores do país, tais como: saúde, educação, esporte; ou seja, a atividade turística possui uma relação de interdependência com outros setores da sociedade ajudando no fortalecimento dos demais.

Segundo Neves (2020) a atividade turística no Brasil obteve um crescimento insatisfatório, devido a falta de investimentos públicos neste setor. A exemplo o autor cita o mau estado dos portos, podendo custar vinte vezes a mais aportar no Brasil se comparado ao outro país; falta de investimento nos parques nacionais, onde falta trilhas sinalizadas, serviço de guia de turismo, espaço para camping; e por último a nossa sinalização turística é na maioria no padrão português, isso é faltam placas e materiais informativos no padrão bilíngue.

Diante dessa situação, analisaremos quais ações os governantes locais têm adotado para implementar políticas de promoção do turismo no município de Tatuí/SP que contribuam para o desenvolvimento local. Assim, o presente estudo tem como objetivo central analisar quais ações estão sendo implementadas para potencializar o desenvolvimento turístico do município em questão.

Para tanto, esse estudo está dividido em cinco partes. Após essa introdução com a apresentação dos objetivos de pesquisa e sua relevância dado o contexto problema, a segunda parte tem como objetivo específico compreender o papel da política pública de promoção do turismo para o desenvolvimento local e identificar ações de implementação de política de promoção do turismo para o desenvolvimento local. Na terceira parte são apresentadas as características metodológicas dessa pesquisa, a qual empregará o uso de métodos descritivo, analítico e exploratório; realizando ainda uma pesquisa de campo por meio da aplicação de questionário online junto aos principais gestores e colaboradores do turismo do município de Tatuí (SP) a fim de verificar o andamento das políticas públicas prioritárias para o fomento da atividade turística.

Na quarta parte são apresentados os objetivos específicos deste trabalho mostrando os principais aspectos das políticas públicas de turismo no Brasil, no estado de São Paulo e, posterior, na cidade de Tatuí (SP), onde sequencialmente será apresentada uma tipificação do município em questão, descrevendo para isso uma breve descrição dos principais aspectos históricos do município, sua potencialidade turística, ações desenvolvidas pelo poder público local para fomentar o desenvolvimento da atividade turística no município, evolução e análise das políticas públicas e da estrutura organizacional em âmbito do turismo local, ou seja, um panorama geral dos resultados e análise de dados através do uso de indicadores

socioeconômicos para poder observar gradualmente as melhorias obtidas com implementação de políticas públicas pelo poder público. E a quinta e última parte são apresentadas as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O presente capítulo tem como objetivo compreender o papel da política pública na promoção do turismo para o desenvolvimento local. Inicialmente apresenta-se o conceito de políticas públicas e seu ciclo como também a noção de turismo e a abrangência de uma política pública de turismo. Posteriormente, objetiva-se identificar ações de implementação de políticas de promoção do turismo para o desenvolvimento local. Para tanto, apresenta-se uma definição sobre Desenvolvimento Local e identificam-se os indicadores socioeconômicos para poder observar gradualmente as melhorias obtidas com implementação de políticas públicas pelo poder público.

### **2.1 Políticas Públicas de Turismo**

O estudo conceitual de políticas públicas é relativamente recente. Para Ham e Hill (1993) tornou-se pujante a partir de 1960, em duas etapas. A primeira trouxe o desafio de se formular políticas frente aos problemas da sociedade. Posteriormente, na segunda etapa estudiosos acadêmicos das áreas de sociologia, economia e ciência política passaram a desenvolver, de modo gradual, estudos relacionados a políticas públicas, ajudando a esfera pública a consolidar possibilidades e soluções para os problemas que afetam a sociedade.

Conforme Lindblom (1981) a política pública é baseada em uma ideia consensual coletiva que visa buscar soluções de problemas pontuais da sociedade. Desta forma, podemos entender política pública como governar para uma determinada coletividade, assim se faz necessário que esse processo de governança seja participativo, ou seja, que a população participe da formulação de soluções que possam sanar ou amenizar seus problemas locais.

Neste sentido, Wildavsky (1979) comenta que a política pública dispõe de uma análise multidisciplinar para interpretação da ação governamental. Rua (2012) afirma que “política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”. Deste modo, podemos dizer que às políticas públicas é uma compilação de decisões a serem aplicadas dentro de um segmento da gestão pública.

Rua (2012) explica as etapas de elaboração e avaliação das políticas públicas através de um ciclo composto pela “formação da agenda” que consiste no reconhecimento do problema local, “formação de alternativas para a tomada da decisão” que visa apresentar possíveis propostas para solucionar o problema, “implementação” que é a intervenção na realidade local e pôr fim a “avaliação” que é a etapa de analisar os resultados das políticas perante o desenvolvimento local. Vejamos a ilustração proposta por Rua (2012):



**Figura 1: Ciclo das Políticas Públicas**  
 Fonte: Rua (2012, p. 34).

Já a política pública de Turismo está diretamente relacionada a preocupação do poder público que queira estimular o desenvolvimento turístico local gerenciando ações de estímulo a esse setor econômico, pois o turismo acontece nas cidades/destinos.

O turismo é o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades (MATHIELSEN; WALL, 1982, p. 28).

Neste sentido, antes de aprofundarmos nas aplicações e detalhamentos das políticas públicas para o setor do turismo, é necessário verificarmos o conceito de “Turista”. Assim, tomamos como parâmetro a Organização Mundial de Turismo (OMT) que classifica o “Turista” como aquele não sendo residente no município e ter gerado pelo menos um pernoite no município.

Diante desta primeira abordagem sobre o “turista”, faz-se necessário verificar uma breve fundamentação histórica do desenvolvimento do turismo de forma organizada, ou seja, de forma planejada visando a geração de renda para uma certa localidade geográfica, e conforme Ansarah (2001) a atividade turística surgiu primeiro com o turismo ferroviário.



Assim sendo, a primeira empresa constituída de forma efetiva, visando o potencial econômico da atividade turística foi a Agência Cook sendo essa a primeira agência de viagens que se tem relatos. Essa agência foi fundada por um inglês chamado Thomas Cook, pastor da igreja batista que decidiu organizar uma excursão ferroviária de forma solidária e sem visar lucro, objetivando apenas transportar seiscentas pessoas para participar de um Evento Antialcoolismo. Essa excursão ferroviária foi entre os municípios de Loughborough e Leicester, na Inglaterra, em julho de 1841. Assim Cook percebeu a potencialidade deste novo segmento econômico que poderia ser explorado e fundou a Agência Cook. Segundo Ansarah (2001), Thomas Cook pode ser considerado o pai do turismo enquanto atividade econômica, sendo reconhecido mundialmente o primogênito dos agentes de viagens. Desta forma, Cook foi um homem a frente de seu tempo, um verdadeiro desbravador da atividade turística de forma rentável e ainda se dedicando integralmente a essa atividade.

Para Colantuono (2015) Thomas Cook é realmente o precursor no quesito viagem organizada, sendo o primeiro a montar um pacote turístico incluindo serviços de transporte, alimentação, hospedagem e guia de turismo, sendo ainda, o primeiro a criar o cupom hoteleiro popularmente conhecido como *voucher*.

Assim, consolidou-se nesta época a atividade turística propriamente dita e de cunho socioeconômico e conforme noticiado pelo Jornal Folha de São Paulo, em setembro de 2019. Agência Cook perpetuou-se por 178 anos, declarando falência em 2019, levando o governo britânico a realizar uma operação sem precedentes para repatriar aproximadamente 600 mil clientes da agência espalhados em diversos países em viagens de lazer e de negócios.

Segundo Barretto (1995) algumas circunstâncias ajudaram nesse desenvolvimento organizado da atividade turística, tais como: a navegação marítima que começava a ficar mais segura no início do século XX com a introdução dos primeiros equipamentos de comunicação naval de forma eletrônica, a premência no envio de correspondências oficiais entre países do velho mundo (antigos países) e países do novo mundo (países mais jovens), sendo esse período conhecido como a era dos grandes cruzeiros marítimos devidamente preparados para navegar grandes distâncias, dotados de capacidade para dar a volta ao mundo.

Conforme Ito (2008) na época da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a movimentação turística retrocedeu um pouco, devido a tensão entre os países. Porém no período entreguerras (1918-1939), período entre o fim da I Guerra e início da II, fortaleceu-se o uso do avião e do automóvel para viagens de turismo.

Sem sombra de dúvidas a aviação civil proporcionou um salto em termos de conforto, rapidez, segurança e qualidade no que diz respeito ao transporte de passageiros. Sandó (2018)

explica que a aviação se tornou essencial para o mercado de turismo (lazer, negócios e eventos) encurtando todas as distâncias do globo terrestre.

Essas circunstâncias cronológicas, fizeram parte na verdade do chamado processo de globalização, isso é, no estreitamento das relações internacionais no campo econômico, social e cultural. Nesse processo, cada vez mais os países passaram a reforçar a sua integração com outros países, sempre visando o estabelecimento de um relacionamento bilateral, ou seja, estabelecendo negociações, acordos e parcerias que sejam relevantes para os dois lados (ambos países).

Após essa breve abordagem histórica, podemos perceber que a atividade turística tem ganhado muita notoriedade com o passar dos anos. Conforme Tyler (2001) o turismo se tornou um item importante na agenda econômica dos gestores públicos de várias localidades do mundo, há pouco tempo, ainda segundo Tyler (2001) podemos citar como exemplo de Londres capital da Inglaterra e do Reino Unido que apenas em 1991, passou a considerar o desenvolvimento do turismo na unidade administrativa de Southwark, hoje considerada uma importante região turística se tornando um novo centro cultural para Londres.

De acordo com Moreira (2014) o turismo possui diversas segmentações, tais como: Turismo de Lazer, que se trata de sair da rotina em busca de conhecer lugares novos; Turismo de Saúde, que é a busca por tratamentos específicos em outras localidades que disponham de melhores recursos para a melhoria da saúde do indivíduo; Turismo Histórico Cultural, que é a visita a locais históricos, monumentos, locais considerados sagrados; Turismo Desportivo, quando existe um deslocamento para assistir ou para participar de uma determinada modalidade esportiva; Turismo Ecológico ou Ecoturismo, quando as pessoas buscam se conectar com a natureza por diversos motivos; Turismo de Aventura, quando se busca a emoção e a adrenalina; Turismo Rural busca pelo descanso e tradições do campo em um ambiente totalmente rural; as quais veremos alguns exemplos posteriormente.

Ferreira (2015) explica que a escolha de um grupo com necessidades homogêneas é uma maneira de segmentar o mercado, e que o processo de segmentação requer um estudo sobre os elementos que afetam a decisão de compra.

Para que a segmentação do turismo seja efetiva, é necessário conhecer profundamente as características do destino: a oferta (atrativos, infraestrutura, serviços e produtos turísticos) e a demanda (as especificidades dos grupos de turistas que já o visitam ou que virão visitá-lo). Ou seja, quem entende melhor os desejos da demanda e promove a qualificação ou aperfeiçoamento de seus destinos e roteiros com base nesse perfil, terá mais facilidade de inserção, posicionamento ou reposicionamento no mercado (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

É importante ressaltarmos ainda, que na área de políticas públicas para fomentar a atividade turística em qualquer localidade não existe uma receita de ações, processos e etapas a serem seguidas para consolidar e estruturar um destino turístico, pois cada localidade possui suas próprias características históricas e culturais.

Não existe, em princípio, uma fórmula indicada de atuação do Poder Público no turismo, já que mesmo nos níveis de organização político-administrativa compatíveis entre países (como governos nacionais e municipais), a diversidade de tipos, tamanhos, sistemas políticos e formas de governo, torna qualquer tentativa de generalização inviável (SILVEIRA; MEDAGLIA; PAIXÃO, 2014, p. 68).

Mas mesmo não existindo uma fórmula a ser seguida para a elaboração das políticas públicas para o bom desenvolvimento do turismo é preciso que as etapas de elaboração das políticas públicas sejam democráticas e tenham sinergia entre os vários autores envolvidos em todo o processo de formulação de diretrizes, sendo necessária a participação da sociedade local, empresários locais que fazem parte da cadeia produtiva do turismo como meios de hospedagem, alimentação, meios de transportes, serviços de entretenimento e lazer, prestadores de serviços em geral, ficando a cargo da administração pública organizar as ideias de todos os agentes envolvidos a fim de formular as melhores diretrizes e políticas públicas para serem aprovadas pela comunidade local.

O turismo depende do funcionamento conjunto de quatro grupos principais: os gestores públicos, o empresariado, os profissionais e prestadores de serviços em Turismo e a comunidade. Cada um tem um papel preponderante para que o sistema turístico atenda às expectativas dos visitantes e da população residente (GALVÃO, 2018, p.33-34).

A boa política pública é respaldada em ações que possam melhorar de forma efetiva a qualidade de vida das pessoas. Para isso, todos os indivíduos que irão ser atingidos (impactados ou beneficiados) devem participar do processo democrático de elaboração das políticas públicas e da sua tomada de decisões. Deste modo, todos devem e podem participar do processo de indicação das reais prioridades dentro de uma temática pública; que podem ser da área de turismo, educação, saúde, segurança pública, ou de qualquer outra temática de interesse público, de determinada localidade (país, estado, município, comunidade).

Como dito, esse é um estudo relativamente recente, porém mais recente ainda, são os estudos e publicações relacionadas às políticas públicas na área do turismo. Conforme Pimentel (2014) são poucas as pesquisas sobre políticas públicas na área de turismo, as quais tendem a analisar apenas algumas normas do setor, com isso o setor é carente de publicações que realmente possam explicar o que os governos fazem nesta área.

De acordo com Beni (2006, p. 91) “as políticas são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade”, isso vale para qualquer segmento dentro da agenda governamental, ou seja, cada segmento dispõe da sua própria agenda de políticas para o setor, podendo ser uma agenda da área de turismo, cultural, educacional, saúde, meio ambiente, segurança pública, dentre tantas outras demandas e problemas a serem resolvidos para melhoria da qualidade de vida de uma nação ou território.

Nestas orientações específicas para nortear às políticas públicas da gestão governamental do turismo existe um documento de suma importância chamado Plano de Desenvolvimento Turístico local ou Plano Diretor de Turismo. Esse documento é fundamental para nortear a administração pública na melhor forma de se fomentar e desenvolver a atividade turística em determinada localidade, pois trata-se de um documento democrático elaborado a quatro mãos, ou seja, com a participação da comunidade local, iniciativa privada, poder público e prestadores de serviços turísticos. Assim Galvão (2018) afirma que o Plano Diretor de Turismo é uma espécie de documento que norteia o andamento de prioridades em questões turísticas do município, e uma das maneiras mais prudente de redigir esse plano, é com o envolvimento participativo e democrático de toda comunidade local: poder público, empresários, sociedade civil organizada e munícipes em geral. Dessa maneira, cria um sentimento de propriedade coletiva, onde todos se sentem donos do plano, assim, todos passam a colaborar de forma direta ou indireta para a implementação do planejamento turístico local.

Como podemos perceber o planejamento da atividade turística implementado através de um Plano de Desenvolvimento Turístico é essencial dentro de qualquer esfera governamental para que o desenvolvimento turístico local seja promovido de forma organizada, ou seja, para que a promoção das políticas públicas, possam ser de fato efetivas. De acordo com Moreira (2014, p.19) as etapas do planejamento devem “ser realizadas em parceria entre setores públicos e privados”.

Assim compreende-se que as políticas públicas de turismo são elaboradas através de um elo de ligações democráticas entre o poder público e a toda a comunidade local, isso devido a sua conexão e multidisciplinaridade com inúmeros setores da sociedade. As políticas públicas são formadas por um processo e necessitam ser avaliadas constantemente sendo realizadas por um ciclo. Cabendo à administração municipal, implementar ações para o desenvolvimento do setor turístico local, visando aumentar o fluxo turístico, incentivar a geração de emprego e renda, isto quer dizer, que o poder público deve fomentar cada vez mais

ações que busquem fortalecer o turismo local na geração de negócios e oportunidades para a cidade.

## **2.2 Desenvolvimento Local**

Para que possamos compreender a necessidade da elaboração das políticas públicas devemos esmiuçar um pouco sobre Desenvolvimento Local, pois todas as políticas públicas são elaboradas para auxiliar no processo de desenvolvimento social, econômico e sustentável de uma determinada localidade. Assim Andion (2003, p. 13) afirma que “a gestão e a participação cidadã nos processos de desenvolvimento fazem com que eles sejam inevitavelmente processos de construção coletiva”. Essa conceituação mostra que todo o processo de desenvolvimento local deve ser realizado através de uma vertente democrática.

No Brasil essa vertente mais democrática e participativa começou a ser estabelecida com o estabelecimento da chamada Constituição cidadã de 1988.

As modificações que têm acontecido na administração pública brasileira começaram com o processo de redemocratização política, quando o governo militar cedeu o poder para o povo, que exigia eleições diretas para presidente da República e para todos os demais cargos eletivos [...] fez seguir o processo democrático, culminando na Constituição Federal de 1988. Esta carta é o marco da democracia e da restauração da cidadania (SEBASTIÃO, 2014, p.2).

Inicialmente toda a agenda governamental de políticas públicas para o desenvolvimento local era pautado com maior ênfase na possibilidade de melhorar o desenvolvimento econômico de uma determinada localidade, mas atualmente nenhuma política pode ser pautada apenas levando em consideração a vertente econômica, é preciso enfatizar a vertente social e sustentável, isso é, deve estabelecer o desenvolvimento local de forma mais humanizada e harmônica com a coletividade de indivíduos que compõe determinado município ou território. Esse é a mesma ideia de Andion (2003) que destaca que as redes é uma característica que visa estruturar a atuação dos diversos atores da sociedade. Isso é, das diversas demandas da sociedade, sempre com o objetivo de engajar as mudanças necessárias, mudanças essas que podem ser de ênfase econômica ou de promoção social, sempre almejando a transformação local de maneira sustentável, pois o desenvolvimento da sociedade local não deve ser comedido apenas pela ênfase econômica.

Neste sentido, é preciso entender que existe alguns fatores determinantes para o desenvolvimento local. Chagas (2003) explica que o crescimento econômico e social de um município está diretamente atrelado a capacidade que os mesmos detêm em promover uma boa qualificação profissional da mão-de-obra local, estampar uma boa estabilidade governamental perante a sociedade, além de oferecer uma boa infraestrutura urbana. Essas, são algumas ações que podem impulsionar o crescimento econômico local, atraindo possíveis investidores para contribuir com a geração de emprego e renda.

Posto isso, faz se necessário observar que tudo acontece a partir das cidades, onde se promove desenvolvimento local. Para Jacobs (1969) as cidades são onde as pessoas residem, trabalham, estudam e adquirem seus produtos e serviços. Assim, é possível evidenciar que a produção econômica é concebida através das cidades.

Segundo Bessa et al. (2007) investidores globais almejam suas companhias instaladas em cidades que possuam características de qualidade de vida em níveis satisfatoriamente adequados; buscando relacionar suas marcas às cidades com bons índices de qualidade de vida.

Para Silva (2004) nos países em desenvolvimento, existe uma questão cultural que relaciona o crescimento econômico e o progresso tecnológico ao simples fato de transformar indústrias primárias de produção de matérias-primas, em modernas indústrias secundárias que transformam as matérias-primas em produtos físicos para o consumo. Todavia, essa passagem de primário para secundário exige altos investimentos de ordem: financeira, operacional e logística; nem sempre viáveis. O mercado turístico por sua vez passou a preencher essa lacuna, devido a sua capacidade de atrair e armazenar recursos financeiros para depois ofertar serviços de ordem turística.

Conforme Rotunno (2017) o turismo é concebido perante o desejo de viajar das pessoas, assim as pessoas compram um sonho no presente para se realizar em um momento futuro. Conseqüentemente, o turismo proporciona a possibilidade de desenvolvimento local para inúmeras cidades do mundo todo, que tenham vocação turística e queiram fomentar esse segmento de mercado.

Neste aspecto, a atividade turística tem proporcionado nos últimos anos, um aumento considerável na prestação de serviços, efetivamente gerando uma maior arrecadação municipal do ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza) – (ECKERT; MECCA; MENEGAT, 2018).

Segundo Buarque (2003) o desenvolvimento local realizado de forma organizada tem como resultado a melhoria da qualidade de vida da população, isso por meio de uma gestão

pública eficiente, pautada em três pilares: organização da sociedade local, formação de espaço de reivindicações democráticas, e descentralização das decisões do setor público. Nessa pesquisa entendemos como qualidade de vida as melhorias adquiridas pela população em termos de renda, acesso a educação e a saúde. Nesse caso, um dos indicadores mais tradicionais que mede qualidade de vida é o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Esse indicador reúne as condições socioeconômicas e sanitárias. Nas condições socioeconômicas são calculados a renda per capita (Pib per capita) e o grau de escolaridade; já no indicador sanitário a expectativa de vida ao nascer e a taxa de mortalidade da população. O resultado do IDH varia de zero a um, representando o seguinte: menor que 0,550 (baixo nível de qualidade de vida), entre 0,550 e 0,699 (médio nível de qualidade de vida), entre 0,700 e 0,799 (alto nível de qualidade de vida) e acima de 0,800 (muito alto nível de qualidade de vida) – (OMS, 2019).

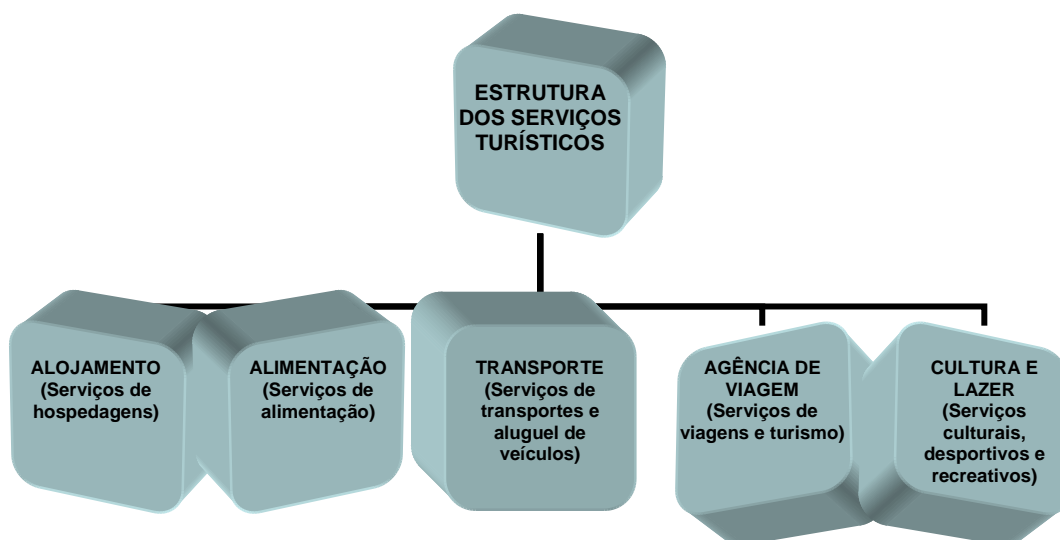
Em se tratando de acompanhar o desenvolvimento local se faz necessário a observação e análise dos indicadores econômicos, pois é preciso mensurar o progresso do território a ser estudado. O uso de indicadores é amplamente utilizado no campo das ciências sociais aplicadas como forma de fazer comparações e analisar os efeitos das políticas públicas. Neste sentido Procópio, Oliveira Jr, Amâncio (2009, p. 69) afirmam que “a produção de indicadores que possibilitam o entendimento das realidades locais tornou-se mais necessária pela conjugação de diversos eventos surgidos ou intensificados a partir dos anos oitenta do século XX”.

Fundamentalmente um dos indicadores mais utilizados no campo por pesquisadores de diversos institutos de pesquisas são os indicadores de caráter econômico que visam na maioria das vezes observar a evolução dos empregos, ocupações e a geração de renda de uma localidade. Desta forma, a análise destes indicadores permite verificar a qualidade de vida das pessoas conforme a riqueza gerada em determinado local. No campo dos indicadores econômicos um dos mais conhecidos e utilizados é o PIB (Produto Interno Bruto) per capita (para cada indivíduo) o qual Guimarães e Jannuzzi (2004) explica que a difusão do PIB per capita como sendo uma ferramenta para indicar o desenvolvimento econômico de uma determinada região, difundiu-se na década de 1950, associado a quatro fatores: é um dado generalizado na maioria dos países; indicativo oscilante de fácil compreensão; permite aferir dados de forma fazível; relacionar o desenvolvimento econômico e a performance demográfica.

O campo dos indicadores é vasto, existem indicadores para mediar a qualidade e evolução da educação, longevidade da população, indicadores de caráter socioeconômico que

misturam dados econômicos com educacionais, perspectiva de vida, dentre outros que focam na qualidade de vida dos indivíduos. Procópio, Oliveira Jr, Amâncio (2009, p. 117) “Um dos primeiros indicadores que surge para a operacionalização do conceito de desenvolvimento sob esta ótica multidimensional é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [...] neste índice, além do tradicional PIB per capita, indicadores de educação e longevidade são utilizados [...]”.

Como já visto anteriormente, o estudo das políticas públicas na área do turismo e de modo geral são relativamente recentes. Nessa lógica o estudo dos indicadores socioeconômicos que analisam continuamente o desenvolvimento local também são relativamente novos. Deste modo, podemos verificar que todos esses estudos são ainda mais deficitários e carentes na área do turismo, é o que aponta um estudo realizado pelo Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016) a pedido do Ministério do Turismo do Brasil. O instituto buscou desenvolver um sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor do turismo para tentar suprir a carência de informações desse setor. Neste sistema de indicadores, o IPEA fundamentou sua pesquisa utilizando um conceito chamado de ACTs (Atividade Característica do Turismo) visando analisar a evolução das ocupações geradas nos setores de Alojamento, Alimentação, Transporte Terrestre, Transporte Aquaviário, Transporte Aéreo, Aluguel de Transportes, Agência de Viagem, Cultura e Lazer.



**Fluxograma 1: Estrutura dos Serviços Turísticos**

**Fonte: IPEA (2016)**

**Nota: Elaborado pelo autor**

A observação dessa estrutura de serviços turísticos, é um indicativo consolidado pelo Ministério do Turismo em parceria com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IPEA, com base em padrões internacionais recomendados pela OMT, desde



2008. Deste modo, permite observar um panorama das atividades turísticas em cada município brasileiro, comparando sua evolução em um determinado período temporal. Sendo esse, um dos poucos indicadores brasileiros existentes na área de turismo e que poderemos observar ao longo deste trabalho.

Entretanto, o uso mais afincado de indicadores na área de turismo chama a atenção para uma necessidade brasileira de criar uma agenda para fomentar de forma organizada a captação de investimentos públicos e privados para o desenvolvimento turístico dos municípios brasileiros, de forma a melhorar a infraestrutura turística e a melhorar a capacidade dos municípios em receber um fluxo turístico maior, mas de modo economicamente viável. Isso é, minimizando os impactos econômicos negativos, como o desabastecimento ou encarecimento dos insumos na localidade, devido à falta de planejamento turístico. Pois, neste aspecto de desenvolvimento turístico, o Brasil peca pela pouca competitividade se comparado a outros países (MTUR, 2007).

Esse é o panorama, demonstrado pelo Relatório de Competitividade em Viagens e Turismo (TTCR, 2019) elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, que avalia a competitividade turística de 140 países no recebimento de turistas internacionais e na possibilidade de retorno econômico para esses países. Nesta avaliação o Brasil figura em 32º no ranking.

<b>Competitividade em Viagens e Turismo (TTCR, 2019)</b>		
1º - Espanha	13º - China	25º - Grécia
2º - França	14º - Hong Kong	26º - Irlanda
3º - Alemanha	15º - Holanda	27º - Croácia
4º - Japão	16º - Coreia do Sul	28º - Finlândia
5º - Estados Unidos	17º - Singapura	29º - Malásia
6º - Reino Unido	18º - Nova Zelândia	30º - Islândia
7º - Austrália	19º - México	31º - Tailândia
8º - Itália	20º - Noruega	<b>32º - BRASIL</b>
9º - Canadá	21º - Dinamarca	33º - Emirados Árabes
10º - Suíça	22º - Suécia	34º - Índia
11º - Áustria	23º - Luxemburgo	35º - Malta
12º - Portugal	24º - Bélgica	

**Tabela 1: Competitividade em Viagens e Turismo**

**Fonte: Fórum Econômico Mundial (2019)**

**Nota: Adaptado pelo autor**

Como podemos observar, o Brasil não possui uma posição satisfatória nesta lista, haja visto, que os dez primeiros países desta lista são responsáveis por mais de um terço da recepção do fluxo turístico internacional. Porém, o Brasil ainda é o país mais expressivo da América do Sul devido aos seus atrativos naturais e culturais.

Neste sentido, o Brasil poderá crescer ainda mais, melhorando seus indicadores de Atividade Característica do Turismo, podendo se tornar mais competitivo frente a outros países.

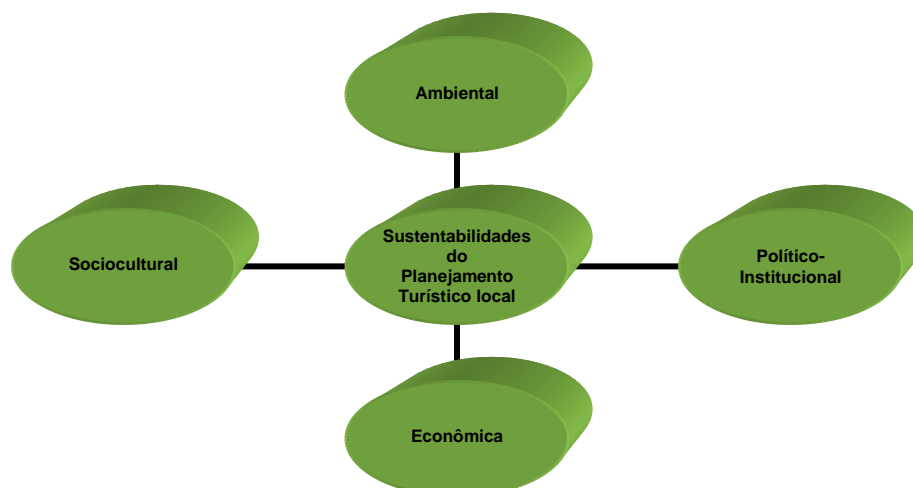
Para inúmeros países em desenvolvimento, sendo esse o caso do Brasil, o turismo se transformou em uma possibilidade econômica. Em vista, é o que tem demonstrado a evolução dos indicadores turísticos (Ricci; Sant'Ana, 2009).

Para Michelin (2012) somente a integração em parceria (público, privado e a sociedade civil) na delimitação das políticas públicas de turismo, poderá colaborar para o desenvolvimento turístico local, de forma correta e eficaz.

Essa forma correta e eficaz, é o chamado desenvolvimento turístico sustentável que conforme o Ministério do Turismo (2007) é desenvolvida em quatro pilares fundamentais de sustentabilidade: ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional.

Essa abordagem do Ministério do Turismo, sobre sustentabilidade no setor de turismo, relata que a primeira conceituação sobre sustentabilidade teve sua origem através da Organização das Nações Unidas (ONU) que em 1984 concebeu um Grupo de Estudos sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de examinar três questões: problemas relacionados ao meio ambiente; estudar formas de cooperação entre países para tratar de temas que pudessem impactar às transformações almejadas; e melhorar a compreensão dos governantes mundiais e das multinacionais com relação as problemáticas ambientais e de desenvolvimento do planeta Terra. Esse grupo de trabalho foi responsável por redigir um relatório de recomendações denominado “Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland”, publicado em 1987, sugerindo recomendações para amenizar esses problemas de ordem global.

Atualmente, os pilares fundamentais do turismo sustentável devem ser observados pela gestão pública municipal, durante a fase de discussões e de elaboração do planejamento turístico local. Vejamos:



**Fluxograma 2: Estrutura do Planejamento Turístico Sustentável**

**Fonte: Elaborado pelo autor**

Para o Ministério do Turismo (2007) o planejamento turístico sustentável, deve assegurar esses quatros pilares.

O pilar da sustentabilidade ambiental é fundamentado na compatibilidade de desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais locais.

A sustentabilidade sociocultural deve assegurar o desenvolvimento dos munícipes em termos de conhecimentos e busca de oportunidades, mas sempre visando a preservação da identidade local, suas crenças e valores, de modo a fortalecer suas raízes culturais.

A sustentabilidade econômica deve ser sólida, gerar emprego e renda, além de contribuir efetivamente na ordenação de oportunidades de proventos para toda a cidade e suas gerações futuras.

Por fim, temos a sustentabilidade político-institucional que consiste na capacidade da gestão municipal em estabelecer parcerias sólidas e contínuas com agentes políticos e governamentais integrantes da alta administração governamental (Estadual ou Federal), buscando o estreitamento das relações institucionais para a solução de problemas locais. A exemplo pode se buscar esse estreitamento visando um novo Hospital ou a melhoria de uma importante rodovia de acesso para o município. Neste caso, ambos equipamentos públicos podem ser necessários para facilitar a vida de munícipes e turistas.

Conforme Michelin (2012) o desenvolvimento turístico local é composto de implicações positivas ou negativas, podendo ser de ordem: ambiental; econômica; sociocultural; e político-institucional. E, para tentar esquivar-se destas eventuais falhas ou vícios que possam fazer a atividade turística crescer de maneira desordenada, faz se necessário o diálogo com os diversos atores locais, além do ininterrupto planejamento.

Como já destacado, a participação democrática e o planejamento eficaz são o alicerce para que a gestão municipal possa promover o desenvolvimento turístico local de forma sustentável, minimizando quaisquer impactos indesejáveis neste processo.

### **3 METODOLOGIA**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia empregada na análise da política de promoção do turismo para o desenvolvimento local: o caso da cidade de Tatuí/SP. Essa pesquisa se caracteriza por ser descritiva, analítica e exploratória. Ela é descritiva porque descreve as características da atual política de promoção de turismo na cidade de Tatuí/SP.

Ela também é analítica porque se analisa as ações locais instituídas para a implementação dessa política na cidade de Tatuí/SP. Para tanto, utilizou-se da técnica de análise documental do Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí/SP (2016-2022) para identificar as políticas públicas aplicadas pelo Departamento de Turismo Municipal; e para analisar as prioridades do Plano de Desenvolvimento Turístico local aplicou-se um questionário online aos colaboradores municipais responsáveis pelo desenvolvimento turístico local.

A pesquisa buscou também, utilizar o elemento exploratório que reúne os demais métodos apresentados acima, baseando-se em fundamentações teóricas sobre políticas públicas de Turismo e desenvolvimento local, inerentes a temática deste trabalho; culminando em um estudo de caso sobre o município em questão. Por fim, serão apresentados alguns indicadores econômicos disponíveis na plataforma digital do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), referentes ao desenvolvimento turístico local no período de 2015 a 2018, sistema esse apresentado no referencial teórico.

#### **3.1 Caracterização da Pesquisa**

Segundo Lakatos e Markoni (2003) compreende-se a metodologia como sendo um conjunto racional e sistemático de atividades objetivando buscar conhecimentos validados e assim traçar um caminho para se embasar o conhecimento dos pesquisadores.

A metodologia tem como função mostrar a você como andar no “caminho das pedras” da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo. [...] A pesquisa é um trabalho em processo não totalmente controlável ou previsível. Adotar uma metodologia significa escolher um caminho, um percurso global do espírito.

O percurso, muitas vezes, requer ser reinventado a cada etapa (SILVA; MENEZES, 2005, p.9 -10).

Esta pesquisa se caracteriza por ser descritiva, analítica e exploratória. A partir do debate teórico sobre o papel do turismo para a promoção do desenvolvimento local se pretende analisar o caso do município de Tatuí/SP. Após a etapa das fundamentações e conceituações sobre o papel das políticas para a promoção do desenvolvimento local, desenvolvidas através de pesquisas bibliográficas na área de Gestão Pública do Turismo, pretende-se analisar a atual política de promoção de turismo na cidade de Tatuí/SP.

### **3.2 Procedimentos da Pesquisa**

Deste modo, pretende-se identificar as políticas públicas de turismo locais desenvolvidas pelo Departamento de Turismo Municipal, através da realização de uma pesquisa documental do Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí/SP (2016-2022), documento esse que está disponível para consulta no website oficial do município de Tatuí.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, para que possamos compreender a atual política de Tatuí, foi aplicado um questionário online, elaborado com vinte e sete perguntas a fim de analisar o andamento das políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento e fortalecimento do turismo local, prioridades essas elencadas pelo Plano de Desenvolvimento Turístico. Assim, o mesmo questionário foi aplicado para seis colaboradores municipais responsáveis pelo desenvolvimento turístico local, tais como: Secretário Municipal de Turismo (1); Diretor Municipal de Cultura e Turismo (1); Supervisor Municipal de Turismo (1); Agente Municipal de Turismo (1); Presidente e Membros do Conselho Municipal de Turismo (2), a fim de diagnosticar a atual situação desta políticas, segundo a percepção destes colaboradores do turismo local; questionário aplicado no período de 01 a 10 de junho e está disponível para consulta no apêndice deste trabalho.

A pesquisa também mapeou a contribuição do turismo para o desenvolvimento local, a partir dos seguintes indicadores econômicos: PIB (Produto Interno Bruto) Municipal, participação relativa na economia do setor de turismo local sobre o PIB Municipal, quantidade de empregos local, quantidade de empregos gerados pelo setor de turismo, a partir de uma análise longitudinal entre o período de 2015 a 2019; buscando ainda dados referentes às ocupações formais na área do turismo local, tais como: alimentação, transporte, aluguel de transportes, agências, cultura e lazer e alojamento. Dados esses, que foram consultados e analisados utilizando a plataforma digital do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a qual disponibiliza indicadores econômicos referentes ao desenvolvimento turístico local.

Enfim, podemos perceber que os procedimentos metodológicos desta pesquisa possuem um enfoque exploratório, utilizando-se de vários métodos de pesquisa para se apresentar um estudo de caso sobre a política de promoção do turismo para o desenvolvimento local da cidade de Tatuí.

## **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Considerando que, a política de turismo local depende de ações estaduais e nacionais, primeiramente, este capítulo apresenta os principais aspectos das políticas públicas de turismo no Brasil, no estado de São Paulo e, posterior, na cidade de Tatuí (SP). Assim, apresentando sequencialmente uma tipificação do município em questão, descrevendo para isso uma breve descrição dos principais aspectos históricos do município, sua potencialidade turística, ações desenvolvidas pelo poder público local para fomentar o desenvolvimento da atividade turística no município, evolução e análise das políticas públicas e da estrutura organizacional em âmbito do turismo local.

Deste modo, o objetivo central deste capítulo é analisar quais ações foram implementadas para promover o turismo no município de Tatuí/SP e, por conseguinte, como os indicadores socioeconômicos relacionados às atividades turísticas se modificaram no contexto local, ou seja, mapeando e analisando as principais ações desenvolvidas para o fomento para o desenvolvimento local.

### **4.1 Aspectos das Políticas Públicas de Turismo: Do Nacional ao Local**

Os aspectos das políticas públicas de turismo devem ser observados através de um olhar mais amplo, neste sentido apresentaremos primeiramente um panorama dos principais aspectos da política nacional e estadual de turismo, até chegarmos à observância local; neste caso os aspectos da Política de Turismo no município de Tatuí.

#### **4.1.1 Política Pública de Turismo no Brasil**

É preciso compreender que os estudos e o desenvolvimento das políticas públicas na área de turismo no Brasil são recentes. Explica-se que esse desenvolvimento das políticas públicas de turismo foi amplamente desprezado ao longo do tempo no Brasil; desde o estudo



das estruturas organizacionais necessárias, e da elaboração das políticas setoriais específicas; neste caso do turismo. Assim faz-se necessário destacar o pensamento de Galvão (2018, p. 23) que diz:

Esquecido por muitas décadas, o turismo e sua cadeia produtiva, surge como uma das principais indústrias do século 21. Por outro lado, um significativo caminho deve ser percorrido para colocá-lo como prioridade [...] para enfrentamento do desemprego vigente nos municípios, com reflexos no Estado [...] e no Brasil.

Essa agenda recente das Políticas de Turismo no Brasil, conforme Pimentel (2011) é dividida em cinco períodos históricos, possuindo em cada fase um princípio base (origem) e um efeito esperado.

Ainda de acordo com o autor, de 1930 a 1955 o princípio base da política de turismo no Brasil foi marcado pela construção de um mercado interno, ou seja, uma espécie de exportação invisível, pois com a chegada relevante de turistas estrangeiros, aumenta a procura de produtos e serviços dentro do território nacional, ajudando o incremento do mercado interno do país.

De 1956 a 1979 foi marcado pelo empreendedorismo estatal, que buscou coordenar e planejar o desenvolvimento turístico nacional; com a redemocratização na década de 80 a base do turismo foi marcada pela estabilização do país, onde a Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 180 que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.

Quanto a década de 90, o marco foi em questões executivas descentralizadas para estados, regiões e municípios, isso é, o turismo como fator de desenvolvimento começava a ser pautado com mais afinco entre os entes federados. E, para fechar esses períodos propostos pelo autor a primeira década de 2000 pela descentralização de planejamento e execução para esse desenvolvimento turístico nacional. Vejamos:

<b>Trajetória Histórica das Políticas de Turismo no Brasil</b>		
<b>Período</b>	<b>Princípio Base (origem)</b>	<b>Efeito Esperado</b>
Getulismo (1930-1955)	Exportação invisível	Influxo de turistas estrangeiros; construção de um mercado interno; organização e fiscalização das atividades turísticas.
De Juscelino ao recuo do milagre (1956-1979)	Empreendedorismo estatal	Desenvolvimento do turismo interno e externamente; planejamento, sistematização e coordenação do desenvolvimento turístico; fundo para custeio de programas.
Redemocratização (década de 80)	Estabilização	Consolidação de um intervencionismo colegiado (Sistema Nacional de Turismo); consolidação constitucional do desenvolvimento do turismo.
Liberalização (década de 90)	Gerenciamento	Ampliação do mercado turístico nacional e estrangeiro; ações executivas descentralizadas para estados, regiões e municípios; ampliação do mix público privado.

Recuperação do desenvolvimento (primeira década de 2000)	Desenvolvimento e agenda social	Desenvolvimento do turismo interno e incremento do fluxo externo; melhoria da qualidade e produtividade; descentralização de planejamento e execução; regionalização; envolvimento das comunidades; sustentabilidade; inclusão social pelo aumento da oferta de trabalho; redução das desigualdades.
--	---------------------------------	--

**Quadro 1: Trajetória Histórica das Políticas de Turismo no Brasil**

Fonte: Pimentel, (2011)

Nota: Adaptado pelo autor.

Como podemos observar, a última fase apresentada pelo autor, é onde se vislumbra realmente o desenvolvimento turístico brasileiro com mais afinco em questões primordiais, tais como: planejamento das políticas públicas; regionalização e descentralização das decisões; sustentabilidade; e envolvimento das comunidades locais.

Haja visto, que somente na primeira década de 2000, foi criada um ministério próprio para tratar do desenvolvimento turístico nacional, essa pasta foi criada de forma autônoma através da Medida Provisória nº 103, de 1 de janeiro de 2003, posteriormente validada pela lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Antecedentemente as questões turísticas eram atribuições do Ministério do Esporte e Turismo.

Após a concepção de um ministério próprio para o turismo, foi projetado no Brasil um novo formato para a construção das políticas públicas de turismo, esse novo formato foi proposto através da elaboração do Plano Nacional de Turismo 2003-2007 que orienta a descentralização e o compartilhamento de ideias e decisões juntamente com os estados, o Distrito Federal, as regiões turísticas e os municípios. Vejamos abaixo, o modelo de Gestão Decentralizada do Turismo adotado pelo Ministério do Turismo:

<b>Modelo de Gestão Decentralizada do Turismo</b>		
<b>Âmbito</b>	<b>Instituição</b>	<b>Colegiado</b>
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional de Turismo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF (Exemplo: Secretaria Estadual de Turismo)	Conselho ou Fórum Estadual de Turismo
Regional	Instância de Governança Regional de Turismo (colegiado regional) (Exemplo: Fórum de Discussões, Conselho Regional, Associação de Municípios, dentre outros formatos)	
Municipal	Órgão Oficial de Turismo Municipal (Exemplo: Secretaria Municipal de Turismo)	Conselho Municipal de Turismo (Comtur)

**Quadro 2: Modelo de Gestão Decentralizada do Turismo**

Fonte: Mtur, (2004)

Nota: Adaptado pelo autor.

Neste aspecto de desenvolvimento, as políticas públicas são projetadas para fomentar o turismo nas mais diversas localidades do país; com isso, o Ministério do Turismo lançou em 2004 o Programa de Regionalização do Turismo com o objetivo de ajudar estados e

municípios na estruturação dos destinos turísticos brasileiros, agrupando os municípios com potencialidades turísticas em regiões turísticas com que possuam similaridades nos aspectos históricos, culturais e naturais, entre cidades limítrofes.

Atualmente na segunda década de 2000, esse sistema de regionalização turística está consolidado mediante a publicação online do Mapa do Turismo Brasileiro, edição 2019-2021, mostrando que no Brasil existem oficialmente 333 regiões turísticas validadas pelo Ministério do Turismo, ao todo 2.694 municípios fazem parte de alguma destas regiões, dentre os critérios adotados para fazer parte de uma região turística, o município deve possuir um Conselho Municipal de Turismo ativo e participar da instância de governança regional, ou seja, participar ativamente das discussões da região turística que o município pertence. O qual pode ser acessado em [mapa.turismo.gov.br](http://mapa.turismo.gov.br).

A exemplo, podemos verificar, no mapa turístico do Ministério do Turismo, que o município de Tatuí/SP encontrasse na categoria “C”. Para realizar essa categorização, é levado em conta o fluxo turístico e o impacto econômico gerado pelo turismo em cada município, sendo sua categorização de “A” a “D” conforme a potencialidade de cada município. Vejamos:

O Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021 foi instituído pelo Ministério do Turismo (MTur) e atualizado no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 26 de agosto. A Portaria 271/2019 indica 2.694 Municípios, que compõem 333 regiões turísticas, a serem priorizados pela Política Nacional de Turismo, prevista na Lei 11.771/2008. Essas localidades devem receber atenção especial de planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor[...]. Os Municípios com maior fluxo turístico e número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem ficaram na categoria A, contabilizando 124 localidades. Nas classes B e C constam 514 e 476 Municípios, respectivamente. O grupo D reúne a maioria das cidades, com 1.522; e a categoria E concentra 377 Entes municipais – sem fluxo turístico expressivo e nem empregos e estabelecimentos (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2019).

Se tratando da Gestão Municipal do Turismo com ênfase na elaboração de Políticas Públicas para a Promoção do Turismo para o Desenvolvimento Local, faz a leitura do PNT - Plano Nacional do Turismo (2018-2022) que visa subsidiar as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, a participação e o diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento, e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento em conjunto entre governo federal, estadual e municipal. O PNT (2018-2020, p.50) ainda afirma que “O turismo impacta mais de cinquenta segmentos da economia, gerando emprego e renda para cerca de sete milhões de brasileiros”.

Os números do setor de turismo no Brasil, justificam a necessidade dos governantes pautarem o assunto turismo na formulação de políticas públicas, pois como já sabemos o turismo é um dos segmentos econômicos que mais se desenvolvem no mundo, gerador de empregos diretos e indiretos, sendo uma atividade que contribui com a economia de diversas localidades. E, conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2019), o turismo brasileiro cresceu exponencialmente em 2019 em seu faturamento e geração de empregos, superando todas as vendas do setor no ano anterior, a exemplo o setor de transporte de passageiros obteve um aumento significativo de 5,3%, já o setor de meios de hospedagens conseguiu crescer 3,3% em suas vendas.

Por fim, o atual PNT do Ministério do Turismo, é fundamentado na descentralização de suas decisões e na política de fomento ao diálogo com outros países, visando o aumento do fluxo de turistas estrangeiros em nosso território nacional, movidos pelo turismo de lazer, negócios e eventos; isso é, consolidar o Brasil como um destino turístico desejado por todos.

Neste sentido, o PNT também orienta a desburocratização de vistos para ampliar a entrada de turistas estrangeiros; conseqüentemente gerando emprego e renda.

#### **4.1.2 Política Pública de Turismo no Estado de São Paulo**

Como já visto, a gestão pública do turismo com mais afinco e estrutura própria é relativamente recente no Brasil, como visto a partir da década de 2000 com a criação de um Ministério de Turismo próprio. Neste aspecto, o Estado de São Paulo não é nenhuma exceção à regra. Uma vez que, possui uma secretaria estadual exclusiva para tratar de assuntos turísticos, foi criada apenas em 1º de janeiro de 2011, através do decreto 56.635/2011; sendo antes, um conglomerado de assuntos relativos ao Esporte, Lazer e Turismo.

Porém, apesar da recente secretária própria para assuntos turísticos, o Estado de São Paulo, tem se destacado no fomento dos municípios paulistas com vocação turística, desde o final da década de 60, pois mediante o decreto-lei complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969, conforme seu capítulo V, já vislumbrava a possibilidade de criação de estâncias climáticas e balneárias; vejamos:

“Artigo 118 - A criação de estâncias de qualquer natureza dependerá de aprovação dos órgãos técnicos competentes do Executivo Estadual e de voto favorável da maioria absoluta da Assembleia Legislativa. § 1º - As estâncias hidrominerais

dependerão da comprovação da existência, no território do Município, de fontes naturais de água dotada de qualidades terapêuticas e em quantidades suficientes para atender aos fins a que se destinam. § 2º - As estâncias climáticas e balneárias dependerão de comprovação da existência de condições relativas ao clima, altitude e outros requisitos que favoreçam a instalação de hotéis, sanatórios e similares.” (São Paulo (SP), 1969).

Posteriormente, a lei estadual nº 1.457/1977 acrescentou também a categoria estância turística. A Secretaria Estadual de Turismo, explica:

As estâncias possuem infraestrutura e serviços direcionados ao turismo, seguindo legislação específica e pré-requisitos para a qualificação. São 70 municípios com essa classificação em São Paulo e elas podem ser destacadas como Turísticas, Climáticas e Hidrominerais. Em 2016, uma lei estadual criou a categoria Municípios de Interesse Turístico, que também visa oferecer maiores condições para incrementar o turismo em outras cidades, cerca de 140 são aptas a integrar essa categoria, pois têm condições e características para acolher bem o turista (SÃO PAULO, 2017).

Neste sentido, o estado de São Paulo possui setenta municípios denominados Estâncias que são divididas entre: balneárias, climáticas, hidrominerais e turísticas. Vejamos:



**Mapa 1: Estâncias Paulistas**

**Fonte: Governo do Estado de São Paulo**

Normalmente, as balneárias costumam ser designadas para municípios litorâneos devidos suas belas praias; as climáticas é composta por municípios que possuem grandes atrativos naturais, tais como: montanhas, cachoeiras, entre outros; e as hidrominerais são destinadas aos que possuem águas termais, águas terapêuticas, banhos e diversos tipos de águas; por fim as turísticas podem ser históricas, culturais, rural, ecológica ou de qualquer outro segmento turístico.

Deste modo, vejamos um demonstrativo com a relação aos setenta Municípios Estâncias do Estado de São Paulo, elencados em suas respectivas categorias.

<b>Municípios Estâncias (SP)</b>
<b>Balneárias:</b> 1-Bertioga, 2-Cananeia, 3-Caraguatatuba, 4-Guarujá, 5-Iguape, 6-Ilha Comprida, 7-Ilhabela, 8-Itanhaém, 9-Mongaguá, 10-Peruíbe, 11-Praia Grande, 12-Santos, 13-São Sebastião, 14-São Vicente, 15-Ubatuba.
<b>Climáticas:</b> 16-Analândia, 17-Bragança Paulista, 18-Caconde, 19-Campos do Jordão, 20-Campos Novos Paulista, 21-Cunha, 22-Morungaba, 23-Nuporanga, 24-Santa Rita do Passa Quatro, 25-Santo Antônio do Pinhal, 26-São Bento do Sapucaí.
<b>Hidrominerais:</b> 27-Águas da Prata, 28-Águas de Lindoia, 29-Águas de Santa Bárbara, 30-Águas de São Pedro, 31-Amparo, 32-Atibaia, 33-Ibirá, 34-Lindoia, 35-Monte Alegre do Sul, 36-Poá, 37-Serra Negra, 38-Socorro.
<b>Turísticas:</b> 39-Aparecida, 40-Avaré, 41-Bananal, 42-Barra Bonita, 43-Batatais, 44-Brotas, 45-Eldorado, 46-Embu das Artes, 47-Guaratinguetá, 48-Holambra, 49-Ibitinga, 50-Ibiúna, 51-Igaraçu do Tietê, 52-Ilha Solteira, 53-Itu, 54-Joanópolis, 55-Olímpia, 56-Paraguaçu Paulista, 57-Paranapanema, 58-Pereira Barreto, 59-Piraju, 60-Presidente Epitácio, 61-Ribeirão Pires, 62-Salesópolis, 63-Salto, 64-Santa Fé do Sul, 65-São José do Barreiro, 66-São Luiz do Paraitinga, 67-São Pedro, 68-São Roque, 69-Tremembé, 70-Tupã.

**Quadro 3: Municípios Estâncias (SP)**

**Fonte: Apresp (2020).**

**Nota: Elaborado pelo autor**

Em 2015, o estado atendeu uma antiga reivindicação dos municípios paulistas e criou a categoria Municípios Paulistas de Interesse Turístico (MIT's). Esses municípios podem fazer parte de vários segmentos do turismo, tais como: cultural, estudos e Intercâmbio, rural, religioso, negócios e eventos, saúde, entre outras inúmeras segmentações. Deste modo, a Lei estadual nº 1.261/2015 que estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico, abriu a possibilidade para que alguns municípios paulistas fossem considerados de interesse turísticos mediante alguns critérios técnicos, os quais passam a receber algum recurso anual do Estado para melhorar a infraestrutura local e receber turistas. Como exemplos, podemos citar alguns municípios que foram consagrados MIT's pelo Estado de São Paulo. Sendo esse, o caso da cidade de Tatuí classificada como MIT por sua peculiaridade nos segmentos cultural e de estudos e Intercâmbio, devido ao seu destaque internacional no cenário musical mediante o seu renomado Conservatório Musical que atrai milhares de estudantes; Cesário Lange município próximo a capital paulista reconhecida no segmento rural, devidos seus hotéis fazenda e entretenimentos na área rural; no segmento religioso podemos citar Tambaú que atrai cada vez mais turistas devido a beatificação do padre Donizetti Tavares de Lima que foi pároco em uma igreja católica neste município.

A Lei estadual nº 1.261/2015, dispõe que poderão ser classificadas como MIT apenas cento e quarenta municípios paulistas, porém a equipe técnica da Secretaria Estadual de Turismo já elevou para cento e quarenta e dois municípios nesta categoria, pois, existe um diálogo entre a equipe técnica da Secretaria e os deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo, visando estudar a eventual possibilidade de elevar essa quantidade de apenas cento e quarenta MIT's. Vejamos a relação de cidades aprovadas até o momento.

<b>Municípios de Interesse Turístico – MIT's (SP)</b>
1-Adamantina, 2-Adolfo, 3-Agudos, 4-Altinópolis, 5-Anhembi, 6-Apiáí, 7-Araçatuba, 8-Araçoiaba da Serra, 9-Araraquara, 10-Araras, 11-Areias, 12-Barbosa, 13-Barra do Turvo, 14-Barretos, 15-Bebedouro, 16-Bocaina, 17-Bofete, 18-Boituva, 19-Botucatu, 20-Brodowski, 21-Buritama, 22-Cabreúva, 23-Cachoeira Paulista, 24-Campina do Monte Alegre, 25-Cardoso, 26-Cesário Lange, 27-Cruzeiro, 28-Cubatão, 29-Divinolândia, 30-Dois Córregos, 31-Espírito Santo do Pinhal, 32-Estiva Gerbi, 33-Fernandópolis, 34-Garça, 35-Guaíra, 36-Guararema, 37-Iacanga, 38-Ibirarema, 39-Igaratá, 40-Iporanga, 41-Itaoca, 42-Itapira, 43-Itápolis, 44-Itapuí, 45-Itapura, 46-Itararé, 47-Itatiba, 49-Icém, 50-Igarapava, 51-Indiaporã, 52-Ipeúna, 53-Itapeva, 54-Itaporanga, 55-Itariri, 56-Itirapina, 57-Itupeva, 58-Ituverava, 59-Jaboticabal, 60-Jacareí, 61-Jacupiranga, 62-Jales, 63-Jarinu, 64-Jaú, 65-Jundiá, 66-Juquiá, 67-Juquitiba, 68-Laranjal Paulista, 69-Lençóis Paulista, 70-Limeira, 71-Lins, 72-Mairiporã, 73-Martinópolis, 74-Mendonça, 75-Miguelópolis, 76-Mineiros do Tietê, 77-Mira Estrela, 78-Miracatu, 79-Mogi das Cruzes, 80-Monte Alto, 81-Monteiro Lobato, 82-Nazaré Paulista, 83-Novo Horizonte, 84-Orlândia, 85-Ouroeste, 86-Panorama, 87-Paraibuna, 88-Pardinho, 89-Patrocínio Paulista, 90-Paulo de Faria, 91-Pedreira, 92-Pedrinhas Paulista, 93-Piedade, 94-Piracaia, 95-Piratininga, 97-Lavrinhas, 98-Marília, 99-Mogi Mirim, 100-Palmeira D'Oeste, 101-Pauliceia, 102-Pirapora do Bom Jesus, 103-Pongaí, 104-Porto Ferreira, 105-Queluz, 106-Rancharia, 107-Registro, 108-Ribeirão Grande, 109-Rifaina, 110-Riolândia, 111-Rosana, 112-Rubinéia, 113-Sabino, 114-Sales, 115-Santa Albertina, 116-Santa Branca, 117-Santa Clara D'Oeste, 118-Santa Cruz do Rio Pardo, 119-Santa Isabel, 120-Santo Antônio da Alegria, 121-Santo Expedito, 122-São Bernardo do Campo, 123-São João da Boa Vista, 124-São José do Rio Pardo, 125-São Manuel, 126-São Miguel Arcanjo, 127-São Simão, 128-Sertãozinho, 129-Sete Barras, 130-Sud Mennucci, 131-Tabatinga, 132-Tambaú, 133-Tapiraí, 134-Tatuí, 135-Timburi, 136-Torrinha, 137-Três Fronteiras, 138-Ubarana, 139-Uchôa, 140-Valentim Gentil, 141-Votorantim, 142-Votuporanga.

**Quadro 4: Municípios de Interesse Turístico – MIT's (SP)**

**Fonte: Secretaria Estadual de Turismo SP (2020)**

**Nota: Elaborado pelo autor**

Essa legislação dispõe de algumas condições indispensáveis para a classificação dos MIT's, tais como: dispor de potencial turístico; dispor de serviço médico emergencial; dispor dos seguintes equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, serviços de alimentação, serviço de informação turística); dispor de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes (abastecimento de água potável e coleta de resíduos sólidos); dispor de expressivos atrativos turísticos; possuir plano diretor de turismo constando todas essas informações indispensáveis; e por último dispor de um Conselho Municipal de Turismo deliberativo.

Mais uma vez, podemos observar a importância dos Planos de Turismo locais, os quais devem constar todas as informações relevantes ao desenvolvimento local, além de traçar as políticas públicas específicas para fomentar o turismo em suas receptoras cidades. Neste sentido conforme Galvão (2018) o Estado de São Paulo é referência turística dispondo de um

sistema para o fomento dos municípios com vocações turísticas, através da referida legislação de fomento aos MIT's e Estâncias.

Conforme divulgado no portal oficial do Governo do Estado de São Paulo (2019), a Secretaria Estadual de Turismo, liberou entre janeiro e julho de 2019 recursos financeiros para noventa e sete municípios entre MIT's e Estâncias, ao todo foram liberados R\$ 70,5 milhões neste período. Deste montante, R\$ 7,5 milhões foram destinados aos MIT's e R\$ 63 milhões para as Estâncias.

Esse recurso financeiro tem como objetivo a melhoria da infraestrutura dos MIT's e das Estâncias, visando melhorar a receptividades e acessibilidade dos visitantes. Os repasses acontecem somente mediante a celebração de convênios. Geralmente esses convênios contemplam a reforma e revitalização de parques e praças; melhoria da sinalização turística visando melhor informar a localização dos atrativos turísticos; construção de centro de eventos; reurbanização de locais turísticos; dentre outras obras de conotação turística.

Para se constatar a real conotação turística, os objetos devem ser devidamente aprovados pelo Conselho Municipal de Turismo local e pelo Conselho de Orientação e Controle do DADETUR (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos) órgão vinculado à Secretaria Estadual de Turismo.

Esse mecanismo é a forma encontrada pelo Estado de São Paulo para fomentar o turismo no Estado, sendo sua principal bandeira na esfera de políticas públicas para o desenvolvimento turístico dos municípios paulistas vocacionados. Conforme o Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Turismo tem as seguintes atribuições:

Cabe a esta pasta [...] Planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as políticas de promoção do turismo; formular diretrizes para o desenvolvimento de ações, planos e programas, inclusive mediante a execução de obras relativas ao turismo no Estado; apoiar outras instituições, particulares ou não, para a criação de políticas que incrementem o turismo; difundir as atrações turísticas de todo o Estado de São Paulo, dentro e fora do país; organizar permanentemente um inventário sobre o potencial turístico do Estado; incentivar a criação de escolas e cursos destinados à capacitação de profissionais para o exercício de atividades relacionadas ao turismo; elaborar o calendário turístico do Estado. Nossa estrutura envolve, também, o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR), o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho do Turismo Regional. (SÃO PAULO, 2015).

Sendo essa, uma Secretaria relativamente nova, podemos observar que suas políticas públicas estão em fase de estudos, pois o Estado está ainda tentando elaborar o seu Plano Estadual de Turismo, documento ainda inexistente até o momento. Podemos ainda, observar



que todos os documentos (portarias, leis e manuais) são concentrados ainda somente na questão dos MIT's e Estâncias.

Uma análise da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2019), demonstra que o turismo brasileiro obteve um faturamento R\$ 238,6 bilhões, e que neste cenário a região Sudeste do Brasil foi a região que mais alavancou as vendas do setor de turismo correspondendo a 61,6% do faturamento turístico do país atingindo a impressionante marca de R\$ 147 bilhões em vendas, deste percentual o Estado de São Paulo se destaca com 40,5% de todo o faturamento gerado, os números ainda mostram que o emprego no setor de turismo emprega 2,9 milhões de trabalhadores em todo o Brasil, sendo a maior porcentagem na área de alimentação e meios de hospedagens, empregando 67% do setor.

Os números de trabalhadores formais no setor de turismo representam 0,331% da força de trabalho nacional, pois segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2019, o Brasil emprega 33,1 milhões de trabalhadores formais. Esses números de ocupações formais no turismo muito se deve a capacidade do Estado de São Paulo, em fomentar a melhoria da infraestrutura dos municípios turísticos, ou seja, a melhoria da capacidade em receber os turistas; como explicado neste subcapítulo.

Neste contexto de fomentar a melhoria da infraestrutura dos municípios turísticos, existe uma ferramenta fundamental e democrática de diálogo com a sociedade, no âmbito local, os chamados Conselhos Municipais de Turismo, segundo Galvão (2018, p. 74) esse “não é um executor de tarefas, mas sim, um articulador para que as demandas do turismo de uma cidade sejam atendidas e executadas”, desta maneira os municípios podem dialogar com a comunidade e ouvir as demandas locais para esse setor.

No Estado de São Paulo existe um ciclo para que as Estâncias e Municípios de Interesse Turísticos possam solicitar a Secretaria Estadual de Turismo a formalização de convênios para a melhoria da infraestrutura turística local, conforme o Manual de Convênios (2019) da referida Secretaria, as cidades devem enviar um ofício do feito solicitando o pleito, e anexar os seguintes documentos:

- Informe Técnico: que consiste em um plano de trabalho, explicado a melhoria da infraestrutura turística local a ser pleiteada, podendo ser a criação de um novo espaço turístico na cidade ou a reforma e revitalização de espaços públicos já existentes; neste plano deve conter objetivos e justificativas aplausíveis que mostrem a conotação turística do projeto,

além de apresentar uma estimativa de recursos financeiros necessários para a execução do projeto.

- Planta do município indicando o local do projeto (obra).
- Certidão Atualizada de Titularidade e Declaração de Domínio Público: que comprovem que o município detém a posse do espaço ou terreno onde pretendesse ser feito a melhoria ou a criação de um novo espaço.
- Licenças de outros órgãos: licenças ambientais, licença de órgão de preservação e defesa do patrimônio histórico, entre outras licenças que impliquem na correta execução do projeto.
- Relatório Fotográfico do espaço a ser revitalizado ou do local onde pretendesse construir.
- Cópia da Ata do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) que aprovou o plano de trabalho proposto.

Desta forma, o prefeito não pode remeter para aprovação da Secretaria Estadual de Turismo um pleito de seu interesse, pois o pleito deve ser de interesse da comunidade local. Pois, nada pode ser feito sem o aval do COMTUR, ou seja, o primeiro passo é o prefeito remeter o plano de trabalho para análise e apreciação do COMTUR, o qual irá deliberar se o projeto em questão é de interesse da sociedade local e se possui conotação turística que contribua com o fomento e desenvolvimento turístico local. Assim, caso o pleito seja aprovado pelo COMTUR será o mesmo remetido para a Secretaria Estadual de Turismo, juntamente com a ata da reunião que aprovou o pleito, além do envio das últimas seis atas de reunião para comprovar que o conselho é realmente atuante na comunidade local.

A Secretaria Estadual de Turismo, também atua de forma democrática enviando os pleitos recebidos para análise de um conselho, neste caso, o Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias (COC), esse conselho tem a função de supervisionar e analisar os pleitos, além de controlar e fiscalizar a distribuição dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos do Estado de São Paulo, o qual é utilizado para a celebração dos convênios junto aos municípios turísticos paulistas. (Decreto 36.856/1993).

Por fim, podemos constatar que esses conselhos estabelecem um canal de diálogo entre a sociedade e o governo, para que os projetos demandados atendam realmente os anseios da comunidade, de forma a minimizar quaisquer questionamentos dentro do ciclo das políticas públicas, conforme elucidado no início da fundamentação teórica

### 4.1.3 Política de Turismo no município de Tatuí

Para que possamos compreender a Política de Turismo no município de Tatuí, traçaremos a seguir um panorama dos principais aspectos da Política de Turismo Municipal, englobando o perfil histórico do município, seu potencial turístico e seu aparato organizacional para fomentar o turismo local; atentemos adiante.

Dados históricos apurados no site oficial da Prefeitura de Tatuí apresentam que o município de Tatuí/SP foi fundado oficialmente em 11 de agosto de 1826 através da divisão de terras do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, ocorrendo na época o arruamento da rua 11 de agosto, principal rua da cidade ainda hoje.

A cidade de Tatuí/SP foi uma das pioneiras no aspecto de industrialização do Estado de São Paulo, pois em 1881, Manoel Guedes Pinto de Melo inaugurou a fábrica de São Martinho, através do beneficiamento ao cultivo do algodão que deu início a fabricação de tecidos, cobertores e toalhas, produtos estes, que também eram fabricados e exportados para outros países.

Em 11 de julho de 1888, Tatuí inaugura sua estação ferroviária, que a princípio operava apenas como ponta de linha do ramal, sendo que a primeira locomotiva chegou à cidade de Tatuí em 1889, contribuindo com o crescimento industrial onde as indústrias usufruíam do transporte de cargas e de passageiros, que tinham como principal objetivo estar facilitando e disponibilizando maior volume de cargas, ao mesmo tempo com rapidez. E, em 1890, Tatuí é reforçada novamente na sua industrialização, pois ganha novo impulso com a fábrica Campos Irmãos e Cia., onde outras indústrias como de cerâmicas, olarias, café, também faziam parte desse rol.

Atualmente, no século XXI Tatuí é destaque no setor de comércio e serviços, e ainda com destaque no setor industrial com ênfase ramo de cerâmicas, alimentos, têxtil e peças e acessórios para veículos automotores; além de ser reconhecida como Município de Interesse Turístico do Estado de São Paulo devido a sua vocação na área do turismo cultural (lei nº 16.429, de 31 de maio de 2017), abrigando o maior conservatório de música da América Latina; e com destaque na fabricação de doces caseiros, possuindo vários produtores de doces artesanais.

Conforme análise do Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí (2016-2022) devidamente aprovado pela lei municipal nº 4.976/2015 e atualizado através do decreto municipal nº 20.285/2019, é possível constatar que o município de Tatuí é considerado um centro regional por quinze municípios vizinhos. Uma vez que, Tatuí oferece bons serviços nos setores de

Alojamento; Alimentação; Transporte Terrestre; Aluguel de Transportes; Agência de Viagem; Cultura e Lazer; Serviços Médicos e Hospitalares; Comércio em geral; dentre outras ofertas, tais como: Emprego e Estudo.

Na ilustração a seguir, é possível verificar a situação populacional de Tatuí perante outros quinze municípios vizinhos, os quais já utilizam algum tipo de serviço em Tatuí. Essas cidades são: Cesário Lange, Quadra, Guareí, Torre de Pedra, Porangaba, Boituva, Iperó, Capela do Alto, Araçoiaba da Serra, Cerquilha, Tietê, Pereiras, Laranjal Paulista e Jumirim.

<b>Cidades</b>	<b>População (2020)</b>
<b>Tatuí</b>	<b>122.967</b>
1. Boituva	62.170
2. Cerquilha	49.802
3. Tietê	42.517
4. Iperó	37.964
5. Araçoiaba da Serra	34.776
6. Laranjal Paulista	28.785
7. Capela do Alto	20.985
8. Guareí	18.887
9. Cesário Lange	18.375
10. Conchas	18.019
11. Porangaba	10.067
12. Pereiras	8.773
13. Quadra	3.854
14. Jumirim	3.418
15. Torre de Pedra	2.422

**Tabela 2: População Estimada de Tatuí e Região**

**Fonte: IBGE 2020**

**Nota: Elaborado pelo autor**

Observando a tabela acima, podemos verificar que somando a população de Tatuí e os demais municípios, a região é composta de uma população estimada de 483.781 residentes. Vejamos o mapa desta região:



**Mapa 2 – Mapa dos municípios vizinhos a Tatuí**  
**Fonte: PDT TATUÍ (2019).**

No mapa acima, podemos observar que esses municípios estão localizados em uma área com características similares através de seus laços interioranos e que os mesmos se relacionam entre si, a fim de suprirem suas demandas e carências sejam pelo comércio, emprego, estudo, lazer e recreação, entre outros setores. Segundo Mathieson e Wall (1982) os resultados podem ser:

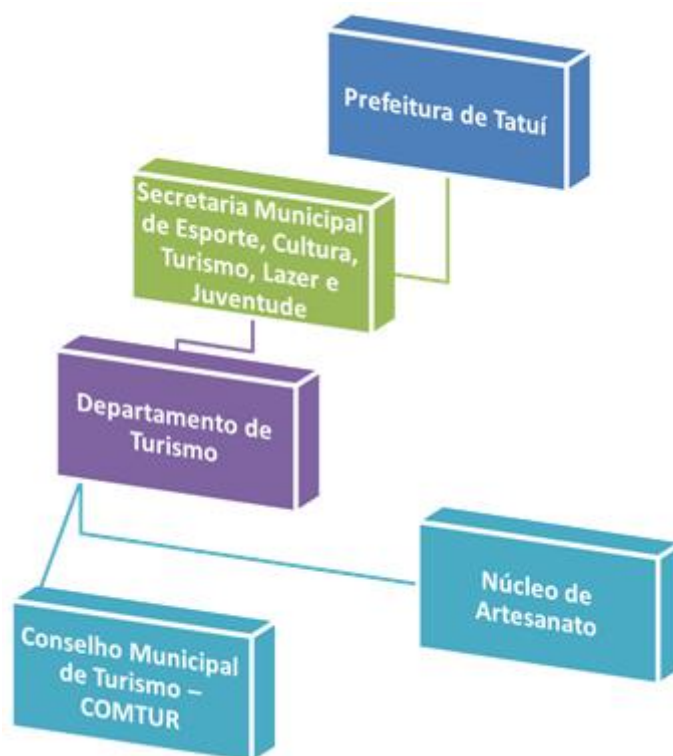
- Direto – Resultado dos gastos dos visitantes em instalações turísticas, como os hotéis.
- Indireto – Ainda no setor turístico, mas não como resultado direto dos gastos turísticos.
- Induzido – Resultado dos gastos dos moradores devido às entradas procedentes do turismo.

Por sua vez, conforme elucidado na fundamentação teórica, o Ministério do Turismo criou o Mapa do Turismo Brasileiro; e, neste mapa o município de Tatuí faz parte da microrregião turística “Raízes do Interior Paulista” região concebida desde 2009, e formada por dez cidades, entre elas: Tatuí, Boituva, Cesário Lange, Quadra, Pereiras, Laranjal Paulista, Porangaba, Jumirim, Torre de Pedra e Cerquinho; cidades essas da região de Tatuí que possuem características mais similares no que diz respeito aos aspectos histórico-culturais.

Essa microrregião mantém um diálogo entre os gestores de turismo de cada município, a fim de trocar experiências e tentar estabelecer um sincronismo entre suas ações de fomento ao turismo. Porém, analisando o Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí, constatamos

que essa agenda de ações a nível regional está apenas na fase de diálogos, ou seja, não existe ainda um projeto concreto a nível regional.

A atual Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo, Lazer e Juventude foi criada em 06 de janeiro de 2017, através da lei municipal nº 5.071, quanto ao departamento de turismo compete estabelecer o planejamento e execução das políticas de turismo no âmbito municipal. Vejamos o organograma, abaixo:



**Organograma 1 – Órgão Municipal de Turismo**  
**Fonte: PDT TATUÍ (2019).**

A estrutura municipal de turismo, conta com um Núcleo de Artesanato, esse núcleo tem como objetivo realizar o cadastramento dos artesãos locais, promover palestras e treinamentos. Conforme o Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí (2009) a Prefeitura de Tatuí estabeleceu uma parceria com a Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO), órgão do Governo do Estado de São Paulo que cuida da política de manutenção e fomento do trabalho artesanal em todo o estado; conforme último levantamento Tatuí possui mais de duzentos artesãos cadastrados na SUTACO nas mais diversas modalidades de artesanato. A nível municipal cabe ao núcleo representar os interesses do artesão local.

A estrutura turística governamental, ainda conta com o apoio e assessoramento dos membros do Conselho Municipal de Turismo de Tatuí (COMTUR), órgão criado desde 1999 através da lei municipal nº 3.208 de 20 de dezembro, atualmente o COMTUR passou a ser um órgão deliberativo em todas as questões pertinentes ao desenvolvimento turístico local, pois a publicação da lei municipal nº 4.967/2015 deu essa autonomia ao conselho, cabendo aos gestores municipais respeitar as decisões deste colegiado no que diz respeito ao turismo.

Esse conselho, possui oito membros do setor público e vinte e cinco da sociedade civil, totalizando trinta e três conselheiros dos mais diversos segmentos e representações.

As reuniões do conselho acontecem todas as primeiras terças-feiras de cada mês, sempre às 17h, aberta a toda a população. Durante o período de distanciamento social imposto pela pandemia mundial da covid-19, foi realizada uma reunião de forma remota no dia 04 de agosto, conforme a entrevista realizada um servidor público municipal e atual supervisor do departamento de turismo.

Através de um levantamento no site oficial da Prefeitura de Tatuí, é possível verificarmos que a lei municipal nº 5.428/2019, estimou a receita e fixou as despesas do município para o exercício de 2020, essa legislação estimou uma receita corrente na ordem de R\$ 378.842.380,00 entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, valores esses oriundos de repasses federal, estadual, arrecadações de taxas e impostos municipais, convênios, dentre outras fontes de recursos.

Deste montante, aproximadamente 0,006% é gasto para fomentar o desenvolvimento turístico local, ou seja, menos de 1% é utilizado para manter a estrutura do órgão municipal de turismo, realizando o planejamento e a execução das ações necessárias. Vejamos:

<b>MANUTENÇÃO DO DPTO DE TURISMO</b>	<b>Dotação Prevista</b>	<b>Fontes de Recursos</b>
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	R\$ 170.000,00	Recursos do Tesouro Municipal
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 1.000,00	
OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$ 20.000,00	
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 6.000,00	
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 40.000,00	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	R\$ 5.000,00	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J	R\$ 300.000,00	
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 17.000,00	
OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 200.000,00	
OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 500.000,00	Recursos de Outras Fontes (Convênios)
OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 1.100.000,00	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 5.000,00	Recursos do Tesouro Municipal

<b>TOTAL (PREVISTO PARA 2020)</b>	<b>R\$ 2.364.000,00</b>
-----------------------------------	-------------------------

**Tabela 3 – Recurso Disponibilizado ao Turismo de Tatuí**

Fonte: Lei Municipal nº 5.428/2019

Nota: Elaborado pelo autor

Resumidamente, se descontarmos os valores provenientes de outras fontes de recursos, as quais são conquistadas via convênios, o valor proveniente do tesouro municipal é de apenas R\$ 764.000,00 para manter toda a estrutura do departamento de turismo e seus devidos projetos de fomento ao turismo local, representando apenas 0,2% do orçamento total do município.

#### **4.2 Ações de implementação da Política Pública de Turismo de Tatuí**

Para que possamos traçar um panorama das principais ações de implementação da Política Pública de Turismo de Tatuí; precisamos evidenciar novamente a importância fundamental do planejamento turístico. Neste sentido, para Galvão (2018) os gestores públicos e a iniciativa privada devem entender o turismo como fundamental dentro da elaboração de um planejamento estratégico, pois não basta apenas o município dispor de vocação turística sendo necessário o turismo ser pautado dentro da administração pública.

Ainda, para que possamos analisar os resultados e a análise de dados relacionados ao município; devemos verificar os principais fatores que fortalecem a atividade turística local.

Nesta visão, Gomes e Gândara (2014) atribuem alguns fatores que podem ser destacados na gestão pública do turismo para municípios, sendo esses fatores o fortalecimento da imagem do destino, a qualidade dos atrativos, conhecimento dos agentes públicos, participação do conselho municipal de turismo local na elaboração das políticas públicas, conhecimentos dos empresários e participação na gestão pública do turismo, monitoramento e avaliações das políticas municipais, conhecimento sobre gestão pública e sobre turismo por parte daqueles que ocupam cargos de direção junto aos órgãos de turismo.

Deste modo, podemos constatar a fundamental necessidade do estudo das políticas públicas e da elaboração de planos municipais para que os dirigentes públicos em conjunto com toda sociedade local possam buscar os benefícios econômicos gerados por esse setor que impacta vários ramos de negócios, gerando renda e emprego para a comunidade local.



Neste sentido, entrevistamos um servidor público vinculado ao Departamento Municipal de Turismo de Tatuí, desde 2008 e atual supervisor municipal de turismo; o servidor explicou que o marco do fomento ao desenvolvimento turístico se deu no ano de 2015 através da aprovação da lei municipal nº 4.976/2015 que dispõe sobre PDT (Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Tatuí) para o período de 2016 a 2022; visando aprimorar, fomentar e fortalecer o Desenvolvimento do Turismo e diversificando a oferta turística do município, com isso aumentando a visibilidade da cidade, atraindo turistas e investimentos do setor público e da iniciativa privada em equipamentos de Turismo, Lazer e Entretenimento.

O PDT foi elaborado na época pelos agentes de turismo da Prefeitura de Tatuí, profissionais graduados em turismo (turismólogos) que fazem parte do corpo técnico efetivo da Secretaria, na época o plano ainda recebeu apoio do Comtur (Conselho Municipal de turismo de Tatuí), da Fatec de Tatuí Prof. Wilson Roberto Ribeiro de Camargo, além do apoio da comunidade local através de audiências públicas realizadas na época.

O Plano, dispõe que a política pública para o desenvolvimento turístico de Tatuí, deve utilizar o seguinte direcionamento base (PDT, 2019, p.141):

A política municipal de turismo, a ser exercida pelo Município, compreende todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Município. O poder público municipal, no âmbito de suas competências, promoverá ações necessárias à adequação da infraestrutura básica e de apoio para o desenvolvimento sustentável do turismo no município[...].

O PDT elencou três categorias de prioridades para fomentar o desenvolvimento turístico local, e as elencou como essencial, importante e desejável, conforme as explicações e demonstrativo a seguir.

A primeira categoria, é composta pelos projetos locais considerados Essenciais, que são aqueles de caráter de urgência, ou seja, projetos que se não forem implementados poderão impactar negativamente o desenvolvimento turístico do município (Quadro 5).

<b>Projetos Essenciais</b>	<b>Resultado a ser obtido</b>
<b>Manutenção do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR</b>	Buscar através do conselho deliberar, solucionar e assessorar o município em questões referentes ao desenvolvimento turístico de Tatuí
<b>Sinalização Turística</b>	Redefinir, recuperar e aumentar a sinalização turística.
<b>Criação, Reforma, Revitalização e Manutenção de infraestrutura para o</b>	Infraestrutura adequada para a expansão da atividade e de melhoria dos produtos e

<b>Desenvolvimento Turístico.</b>	serviços ofertados.
<b>Elaboração e Impressão de Guia Turístico e sua disponibilização online</b>	Fornecer um material informativo de qualidade para os turistas. E, também contar com sua disponibilização online.
<b>Projeto de Tematização Turística do Município de Tatuí</b>	Dar uma identidade visual a cidade com referência à Música;
<b>Promover Capacitações da Mão de Obra Turística</b>	Promover as Capacitações da Mão de Obra Turística para isso deverá ser criado o Projeto “Bem Receber o Turista” que visará oferecer conhecimento rápido e de qualidade a todos da indústria turística local.
<b>Conscientização e Educação voltada ao Turismo</b>	O projeto visa a Conscientização da população local da importância do Turismo. Essa conscientização pode ser levada até a sociedade através de uma cartilha. A parte da Educação voltada para o turismo, já há uma lei em Tatuí, Lei Municipal nº 3.666 que institui o Projeto Turismo Educativo.
<b>Realização da Feira do Doce</b>	A Feira desenvolve o turismo cultural, turismo gastronômico e a economia criativa com o objetivo fundamental de valorizar os produtores de doce, com o intuito de promover a cidade turisticamente como a “Terra do Doce Caseiro”. Feira do Doce é o maior evento do segmento doceiro do interior paulista, onde são comercializados mais de 250 tipos de doces e conta com 50 produtores de doces locais.
<b>Valorização e Resgate da Cultura Local</b>	Valorizar as manifestações culturais locais tais como: Tropeirinhos do Rancho e Cordão dos Bichos para utilizá-las como um atrativo turístico diferenciado.

**Quadro 5 – Prioridades Essenciais para o Turismo Local (Essencial)**

Fonte: PDT TATUÍ (2019).

A segunda categoria estabelece os projetos denominados Importantes, os quais são considerados de relevância para potencializar o turismo (Quadro 6).

<b>Projetos Importantes</b>	<b>Resultado a ser obtido</b>
<b>Instituição do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR.</b>	Criar fundo especial, voltado exclusivamente para a viabilização de ações governamentais, planejadas efetivamente para o fomento e fortalecimento das atividades turísticas locais.
<b>Elaboração e divulgação de Roteiros Turísticos</b>	Dar suporte às agências de viagens e turismo que tenham interesse em operar o chamado “Turismo Receptivo” em Tatuí.
<b>Desenvolver Circuitos Turísticos</b>	Através da Micro Região Turística Raízes do Interior Paulista, já implementada, elaborar um circuito turístico.
<b>Fomento e Suporte ao Artesanato</b>	Cadastrar e recadastrar os artesãos, promover cursos de técnicas artesanais, incentivar o associativismo e o cooperativismo entre artesãos, assim como na promoção e divulgação da FEIRA DE ARTESANATO

	DE TATUÍ.
<b>Incentivo Fiscal a Empreendimentos de Turismo, Lazer e Entretenimento.</b>	Criação de uma Lei de Incentivos Fiscais a empreendimentos de turismo, lazer e entretenimento, visando atrair tais empreendimentos para o município aumentando o desenvolvimento da indústria de entretenimento e lazer de Tatuí.
<b>Tatuí mais Música</b>	Realizar uma parceria com o Conservatório Musical de Tatuí afim de os alunos realizarem pequenas apresentações em locais públicos
<b>Realização do Carnaval de Tatuí</b>	Promover a cultura local e regional, que contribui para o resgate folclórico e cultural da cidade. Assim, movimentando o fluxo turístico e a economia local.
<b>Realização da Vila de Natal e Natal Musical</b>	Na Praça Martinho Guedes acontece a Vila de Natal e acendimento do Pinheiro de Natal, que ilumina as festividades e é o maior cartão postal deste período. Na Praça da Matriz é realizado o tradicional Natal Musical, carrega esse nome com o intuito de valorizar o título de Capital da Música. O evento leva ao público canções que representam celebração natalina, com apresentações de diversos agrupamentos, coros, músicos e cantores de Tatuí e região.
<b>Continuação do Projeto Monumentos</b>	Incentivo à criação de estátuas com caráter interativo com a população e os turistas. Homenagear com esculturas os repentistas Horácio Neto e Manoel Mathias.
<b>Resgate e Restauo do Patrimônio Histórico de Tatuí</b>	Buscar Parcerias entre os setores Público e Privado para a manutenção do Patrimônio Histórico de Tatuí, tais como: Bangalô, Fábrica de Tecidos São Martinho, Casarão dos Guedes, entre outros.
<b>Analisar a viabilidade de implantação de projetos turísticos sugeridos pela sociedade civil.</b>	Em reuniões do Conselho Municipal de Turismo e em audiências públicas para realização/atualização do Plano de Desenvolvimento Turístico muitos projetos e ações foram apresentados pela sociedade com o objetivo de desenvolver o turismo local.

**Quadro 6 – Prioridades Importantes para o Turismo Local (Importante)**

Fonte: PDT TATUÍ (2019).

Por fim, a terceira categoria, apresenta os projetos considerados Desejáveis, isso é, aqueles que contribuem para o fortalecimento do turismo na cidade, mas que não são uma prioridade efetiva (Quadro 7).

<b>Projetos Desejáveis</b>	<b>Resultado a ser obtido</b>
<b>Realização da Procissão de Cavaleiros e Festa de São Jorge</b>	Alavancar o crescimento da festa que vai além do aspecto religioso. E valorizar a procissão de cavaleiros.
<b>Apoio na Confecção do Tapete de Corpus Christi</b>	Resgate da cultura da confecção do tradicional tapete de Corpus Christi.
<b>Realização da Festa do BemFica, o</b>	Festa Junina única que resgata o São João do

São João de Tatuí	BemFica.
<b>Realização do Festival de Comidas de Boteco de Tatuí</b>	Valorizar e fortalecer a gastronomia local, incentivando o desenvolvimento do turismo como fator cultural de grande importância para Tatuí, e com isso fomentando o resgate da vida noturna da cidade.
<b>Apoiar Eventos e Ações Culturais que Movimentem o Turismo Local</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Festa do Milho Verde;</li> <li>- Tropeada Itararé a Sorocaba;</li> <li>- Festa Junina do Lar Donato Flores;</li> <li>- Festa do Asilo “Lar São Vicente de Paula”;</li> <li>- Marcha para Jesus;</li> <li>- Evento no Aeroclube;</li> <li>- Festival de Movimentos Urbanos;</li> <li>- Tatuí Classic Car;</li> <li>- Conservatório Musical;</li> <li>- Festa da Padroeira;</li> <li>- Procissão da Paróquia e Santuário Nossa Senhora de Fátima;</li> <li>- Encenação da “Paixão de Cristo”;</li> <li>- Entre outros.</li> </ul>
<b>Criar novos eventos que fortaleçam o Turismo Local</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Festival Gastronômico;</li> <li>- Festa do Cavalo;</li> <li>- Concurso Gastronômico;</li> <li>- Encontro Anual de Artesões;</li> <li>- Festival de Música;</li> <li>- Festival Turístico e Cultural;</li> <li>- Atividades de Cicloturismo;</li> </ul>
<b>Valorização dos Rios, Lagos e Represas para o desenvolvimento do turismo local.</b>	Valorizar os Rios, Represas e Lagos de Tatuí para uma exploração turística futura.
<b>Valorização dos Parques Municipais</b>	Valorização dos Parques Municipais, tais como: Maria Tuca, Matão e o Beija-Flor.

**Quadro 7 – Prioridades Desejáveis para o Turismo Local (Desejável)**  
**Fonte: PDT TATUÍ (2019).**

O servidor entrevistado, atual supervisor do Departamento de Turismo, explicou que esses projetos elencados no PDT e divididos em: essenciais, importantes e desejáveis; são de extrema importância para nortear um caminho a ser seguido para o desenvolvimento turístico da cidade. O mesmo informou que com esse PDT em mãos, o município seguiu todos os dispositivos da lei complementar nº 1.261/2015 do Estado de São Paulo que estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico; assim os agentes de turismo da Prefeitura de Tatuí protocolaram toda a documentação necessária junto ao Deputado Estadual Sebastião Santos que no dia 16 de maio de 2015, e o mesmo apresentou o projeto de lei que classifica Tatuí como Município de Interesse Turístico (MIT), dentre os documentos entregues ao deputado foram: Estudo da demanda turística, Inventário contendo os atrativos turísticos do município, os equipamentos e serviços turísticos, os serviços de atendimento médico emergencial e da infraestrutura básica, Plano de Desenvolvimento Turístico, atas do Conselho Municipal de Turismo publicadas em

cartório, além de outros documentos que comprovavam a potencialidade turística de Tatuí na área cultural.

Assim, o PDT e suas prioridades foram de suma importância para que Tatuí recebesse o título de “Município de Interesse Turístico – MIT” do Estado de São Paulo, através da lei nº 16.429, de 31 de maio de 2017. Após análise da documentação apresentada pelo município, pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e pelos técnicos da Secretaria Estadual de Turismo, Tatuí foi classificada como Município de Interesse Turístico juntamente com os municípios de Brodowski, Buritama, Espírito Santo do Pinhal, Jundiá, Martinópolis, Monte Alto, Pedreira, Piedade, Rifaina, Rubinéia, Sabino, Santa Isabel, e Tapiraí, sendo esses os primeiros quatorze municípios do Estado de São Paulo com essa titulação. Assim, vejamos abaixo uma tabela com algumas características desses municípios:

<b>CARACTERÍSTICAS DOS PRIMEIROS MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO</b>					
<b>Município</b>	<b>Tipo de Turismo Predominante</b>	<b>PIB Corrente 2017</b>	<b>Ocupações Formais em ACT's 2018</b>	<b>População Estimada 2017</b>	<b>Pib per capita 2017</b>
1) Jundiá	Cultural e Rural	R\$ 41.227.952.947,00 Bi	7.588	423.006	R\$ 100.679,50
2) Tatuí	Cultural	R\$ 3.841.153.307,00 Bi	1.068	122.967	R\$ 32.295,15
3) Monte Alto	Histórico Cultural	R\$ 1.622.753.678,00 Bi	409	50.772	R\$ 32.468,71
4) Santa Isabel	Climática	R\$ 1.430.981.224,00 Bi	294	57.966	R\$ 24.165,96
5) Espírito Sto do Pinhal	Cultural e Rural	R\$ 1.259.011.918,00 Bi	199	44.471	R\$ 28.503,78
6) Piedade	Natureza	R\$ 1.217.773.232,00 Bi	283	55.542	R\$ 22.104,36
7) Pedreira	Compras	R\$ 1.128.534.286,00 Bi	288	48.463	R\$ 24.218,51
8) Brodowski	Cultural	R\$ 639.371.534,00 Mi	121	25.277	R\$ 26.538,75
9) Buritama	Climática	R\$ 604.100.873,00 Mi	80	17.281	R\$ 35.870,84
10) Martinópolis	Religioso	R\$ 462.852.161,00 Mi	84	26.628	R\$ 17.718,19
11) Tapiraí	Natureza	R\$ 179.235.490,00 Mi	53	7.766	R\$ 18.272,43
12) Sabino	Climática	R\$ 118.110.664,00 Mi	27	5.614	R\$ 21.285,04
13) Rifaina	Climática	R\$ 111.766.147,00 Mi	79	3.640	R\$ 30.891,69
14) Rubinéia	Climática	R\$ 81.573.597,00 Mi	43	3.170	R\$ 26.297,10
<b>SOMATÓRIA DAS CIDADES (a)</b>		<b>R\$ 53.925.171.058,00 Bi</b>	<b>10.616</b>	<b>892.563</b>	<b>R\$ 31.522,14 (valor médio 14 cidades)</b>
<b>Estado de SP (b)</b>		<b>R\$ 2.119.854.034.996,00 Tri</b>	<b>625.097</b>	<b>12.107.000</b>	<b>R\$ 45.800,00</b>
<b>Participação dos Municípios nos indicadores estaduais (a/b) x 100%</b>		<b>2,54%</b>	<b>1,69%</b>	<b>7,37%</b>	<b>68%</b>

**Tabela 04 – Características dos primeiros municípios de interesse turístico**  
**Fonte: IBGE (2017), IPEA (2018), DATA SEBRA E INDICADORE (2017),**  
**Secretaria de Turismo SP (2020).**  
**Nota: Elaborado pelo autor**

Na tabela acima, podemos perceber que o município de Jundiaí é disparadamente o que possui os melhores indicadores econômicos em todos os quesitos; justifica-se por possuir a maior população estimada, ou seja, mais pessoas trabalhando e gerando emprego e renda; porém não sabemos os demais fatores que levam a esses números expressivos. Já o município de Martinópolis possui o menor PIB per capita dentre as cidades apresentadas; e por final, o município de Sabino apresentou a taxa de ocupações formais em atividades características do turismo (empregos formais em serviços de hospedagens, alimentação, transporte, dentre outros já mencionados).

Na referida tabela, podemos também observar que apenas quatorze municípios de interesse turístico do Estado de São Paulo, representam juntos 1,69% de todas as ocupações formais em atividades características do turismo do Estado de São Paulo, número esse extremamente expressivo levando em conta que estamos ilustrando aqui apenas quatorze municípios turísticos do estado.

O servidor entrevistado esclareceu que essas cidades passaram a receber do Governo Estadual recursos anuais na ordem de aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para realizar obras que visem a adequação da infraestrutura local, de forma que permita a expansão da atividade turística, possibilitando aos governos municipais investir na construção de novos espaços de lazer e entretenimento, revitalização e reforma de infraestrutura urbana da cidade para melhor receber os visitantes e facilitar a vida dos munícipes, com esses investimentos públicos consequentemente os municípios irão atrair novos investidores e novos empreendimentos.

Neste aspecto, Tatuí adentrou ao seletor grupo de municípios paulistas que dispõem desta titulação; devido a sua vocação turística. Sendo, o Plano de Desenvolvimento Turístico o principal documento exigido pelo Governo Estadual para a validação das políticas públicas de turismo dos municípios paulistas.

### **4.3 Principais Ações Desenvolvidas pelo Departamento de Turismo**

O servidor entrevistado, supervisor de turismo local, informou que atualmente o Departamento Municipal de Turismo vem realizando anualmente eventos que fomentam o turismo da cidade, entre esses estão o Carnaval, Festa de São Jorge, Festa Junina de São João do Bem Fica, Feira do Doce, Vila de Natal e Natal Musical, além de apoiar outros eventos da

cidade que possuem essa potencialidade turística, tais como: Festa do Milho Verde, Tropeada, Motocross, Marcha para Jesus, Encontro de Ultraleves e a tradicional Festa da Padroeira, mas que devido ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 (novo corona vírus) que se alastrou no mundo inteiro, todos os eventos e atividades presenciais foram suspensas desde abril deste ano.

O Departamento ainda promove vários cursos visando a capacitação da mão de obra voltada ao turismo, especificamente na área do turismo rural em parceria com o Sindicato Rural Patronal de Tatuí, e cursos de garçons, atendimento ao cliente e agente de turismo em parceria com o Departamento Municipal de Juventude. Já na área de impressos turísticos a cidade possui um Guia Turístico elaborado a cada dois anos pelo Jornal O Progresso de Tatuí, sendo esse distribuído gratuitamente nos atrativos turísticos e no comércio local, o departamento contribui na atualização das informações turísticas para a confecção deste material.

O mesmo, esclareceu que o Departamento Municipal de Turismo em parceria com o Comtur (Conselho Municipal de Turismo) vem apresentando anualmente projetos ao DADETUR (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos do Estado de São Paulo) para utilização da referida verba destinada aos Municípios de Interesse Turístico.

A exemplo esses projetos contemplaram a Reforma e Revitalização da Praça Martinho Guedes na ordem de R\$ 853.510,96; Reforma e Adequação das Placas de Sinalização Turística na ordem R\$ 110.284,00; e a Criação do Museu da Imagem e do Som na ordem de R\$ 373.874,11; valores esses repassados pelo Governo Estadual ao município.



Reforma e Revitalização da Praça Martinho Guedes



Criação do Museu da Imagem e do Som – MIS de Tatuí



Reforma e Adequação das Placas de Sinalização Turística

**Figura 2 – Principais Conquistas do MIT**  
**Fonte: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO (2019).**

Esses projetos foram considerados relevantes ao fomento da atividade turística local, mediante amplas discussões promovidas pelo Conselho de turismo local com a participação

da sociedade. Pois esses, visam melhorar a infraestrutura turística, além de proporcionar a criação de novos espaços para visitação turística.

Por fim, apuramos junto ao entrevistado que esses projetos respeitaram todas etapas de diálogos entre a sociedade e o governo, conforme o modelo sugerido pelo Governo do Estado de São Paulo para que os municípios turísticos paulistas possam apresentar suas demandas, modelo esse elucidado na fundamentação teórica.

#### **4.4 Avaliação da Política Pública de Turismo de Tatuí**

Buscando compreender a atual Política Pública de Turismo de Tatuí, aplicou-se um questionário online, a fim de avaliar o andamento das políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento e fortalecimento do turismo local, prioridades essas elencadas no Plano de Desenvolvimento Turístico; conforme já apresentado nas questões metodológicas deste estudo.

Desta forma, a pesquisa foi enviada aos colaboradores diretos responsáveis pelo desenvolvimento turístico local, tais como: Secretário Municipal de Turismo; Diretor Municipal de Turismo; Supervisor Municipal de Turismo; Agente Municipal de Turismo; Presidente e Membros do Conselho Municipal de Turismo, afim de diagnosticar a atual situação desta políticas, segundo a percepção destes colaboradores do turismo local.

Seguindo o conceito de Rua (2012) sobre as etapas de elaboração e avaliação das políticas públicas, conforme elucidado no referencial teórico, o questionário buscou avaliar as políticas públicas prioritárias para Tatuí, através das seguintes perguntas em cada prioridade elencada no Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí;

Política Prioritária:

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão) – (EE);
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento) – (EI);
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente, seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes) – (EA);
- Não sei dizer – (NSD).



Assim, vejamos a presente avaliação dos resultados das prioridades consideradas essenciais (Tabela 5).

AVALIAÇÃO DO RESULTADO: PRIORIDADES ESSENCIAIS					
PROJETOS	EE	EI	EA	NSD	PRINCIPAIS AÇÕES/OBSERVAÇÕES*
Manutenção do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR		83,3%	16,7%		Programar e executar amplos debates sobre o interesse turístico, mediante reuniões deliberativas.
Sinalização Turística		100%			Reforma de trinta e quatro placas de sinalização e orientação turística e a instalação de outras quinze novas placas
Criação, Reforma, Revitalização e Manutenção de infraestrutura para o Desenvolvimento Turístico.		100%			Reforma e Revitalização da Praça Martinho Guedes; Criação do Museu da Imagem e do Som; e no momento buscando convênios para outras obras de revitalização.
Elaboração e Impressão de Guia Turístico e sua disponibilização online	33,3%	33,3%	33,3%		Parceria com Jornal local para Edição de um Guia Turístico e Criação do site visite Tatuí
Projeto de Tematização Turística do Município de Tatuí	66,7%	33,3%			Criação de um Portal turístico na entrada da cidade através de parceria, Criação de um piso em forma de teclado na Praça Martinho Guedes, etc
Promover Capacitações da Mão de Obra Turística	50%	16,7%	33,3%		Realizado várias parcerias para oferecer cursos gratuitos.
Conscientização e Educação voltada ao Turismo	66,7%	16,7%		16,7%	Elaborado um Roteiro Turístico Pedagógico Experimental em parceria com a Secretaria de Educação. No momento em estudo.
Realização da Feira do Doce		83,3%	16,7%		Sete edições realizadas de 2013 a 2019, atualmente participam 50 produtores de doces locais todos formalizados (incentivo ao empreendedorismo)
Valorização e Resgate da Cultura Local	33,3%	66,7%			Sempre apoiando e resgatando a cultura local (música, dança, gastronomia, etc)

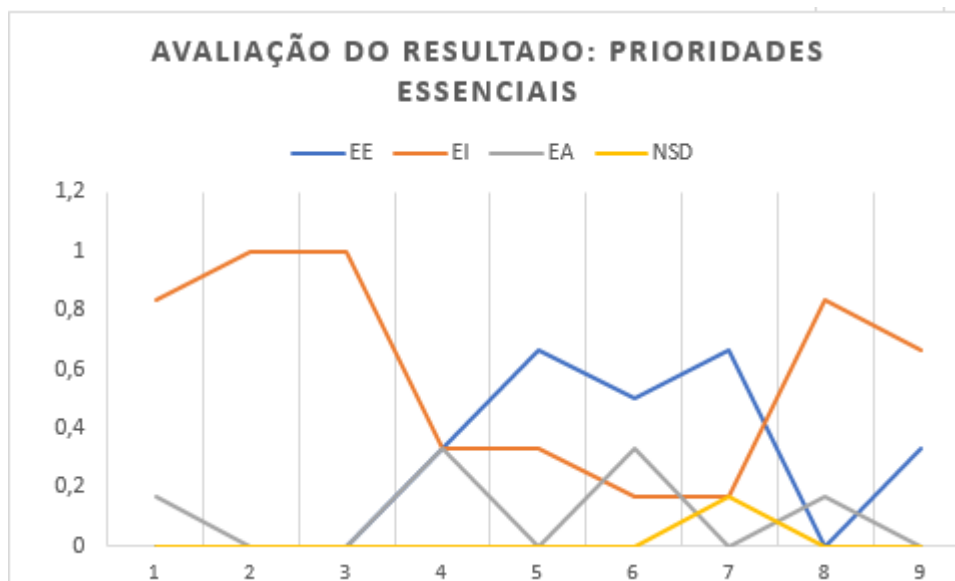
\* Conforme conversado com o Supervisor do Depto. de Turismo entrevistado.

**Tabela 5 – Avaliação dos Resultados: Prioridades Essenciais**

**Fonte: Pesquisa Realizada pelo autor 2020**

**Nota: Elaborado pelo autor**

Na tabela acima, podemos perceber que a maior parte dos projetos considerados essenciais, estão em fase de Implementação/Execução ou em constante implementação e monitoramento (EI); conforme demonstra o gráfico abaixo.



**Gráfico 1 – Avaliação do Resultado: Prioridades Essenciais**

Fonte: Pesquisa Realizada pelo autor 2020

Nota: Elaborado pelo autor

Na tabela de avaliação das prioridades essenciais, podemos verificar que o maior percentual de respostas, demonstra que o Conselho Municipal de Turismo se encontra em uma fase de constante implementação e monitoramento, e uma porcentagem menor considera que seus resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes, conforme entrevista com o supervisor de turismo os eventuais resultados a serem avaliados, diz respeito ao formato das reuniões e os trâmites do conselho para apreciar e deliberar projetos, pois não existe uma metodologia e dinâmica formatada ainda, além da simples votação dos conselheiros.

Reforma e adequação das Placas de Sinalização Turística na cidade, como relatado no tópico: principais ações desenvolvidas pelo departamento de turismo, a gestão municipal, já implantou a reforma e adequação das Placas de Sinalização Turística na cidade. Sendo assim, uma política implementada cem por cento,.

Atualmente foram realizadas a Reforma de trinta e quatro placas de sinalização e orientação turística e a instalação de outras quinze novas placas, totalizando um investimento de R\$ 110.284,00, conforme relatado anteriormente.

O tópico sobre a Criação, Reforma, Revitalização e Manutenção de infraestrutura para o Desenvolvimento Turístico, como já visto, em principais ações desenvolvidas pelo departamento de turismo, demonstra que a cidade vem realizando a reforma e revitalização de espaços públicos, assim como, a criação de novos espaços para a visitação turística.

Neste caso, obtivemos cem por cento das respostas afirmando que esta questão se encontra em constante implementação, ou seja, novos espaços poderão ser contemplados. No

momento foram contemplados a Reforma e Revitalização da Praça Martinho Guedes, a Criação do Museu da Imagem e do Som, e no momento estão buscando convênios para outras obras de revitalização, sendo esses projetos no período de 2017 a 2019.

A tabela demonstra que quanto a Elaboração e Impressão de Guia Turístico e sua disponibilização online, é um assunto com respostas divergentes entre os entrevistados na pesquisa. Apuramos junto ao supervisor de turismo entrevistado, que no período de 2017 a 2019 foi realizado uma parceria com um jornal local para a confecção e edição de um Guia Turístico impresso sem custos, e depois o departamento também criou o site visite Tatuí.

Quanto a Tematização Turística da cidade, a tabela apresenta um percentual de 66,7% afirmando que a Tematização Turística da cidade está em fase de estudos, e para 33,3% dos entrevistados essa questão já vem sendo implementada. Essa divergência existe, pois, a cidade pode investir muito mais em projetos de Tematização Turística, que no momento ainda são insuficientes. A criação de um Portal turístico na entrada da cidade através de parceria, Criação de um piso em forma de teclado na Praça Martinho Guedes, todos esses projetos foram realizados no período de 2017 a 2019, no período anterior de 2015 a 2016 recebemos uma informação do supervisor de turismo entrevistado que existiam algumas faixas de pedestre personalizadas em forma de teclado musical, porém o Departamento de Trânsito considerou que as mesmas não atendiam a normas de trânsito.

Na esfera das Capacitações da Mão de Obra Turística, o Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí (2019), apresenta que o município vem atuando de forma considerável na capacitação da mão de obra local voltada ao mercado de turismo. Porém, podemos observar na tabela acima, uma divergência de respostas entre os entrevistados, isso se deve, ao fato que a oferta de capacitações nem sempre atende toda a demanda necessária, sempre necessitando de mais parcerias e investimentos. Conforme o entrevistado no período de 2017 a 2019 foram realizados Cursos de Turismo Rural, Monitoria na Propriedade de Turismo Rural, Turismo Pedagógico no Meio Rural, todos em parceria com o Sindicato Rural local; Curso de Agente de Turismo e Curso de Técnicas de Garçom, ambos em parceria com o Departamento Municipal de Juventude.

Conscientização e Educação voltada ao Turismo, a tabela, demonstra que para 66,7% dos entrevistados essa questão está em fase de estudos. Pelas respostas, demonstradas na tabela podemos afirmar que a conscientização e educação voltada ao turismo; não é uma política consolidada, devendo ser melhor estudada, visando sua futura implementação.

A Feira do Doce, como podemos observar, essa é uma política pública de sucesso para 83,3% dos entrevistados e que para 16,7% dos entrevistados seus resultados estão sendo

avaliados para eventuais ajustes. O Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí (2019) explica que esse evento conta com a participação de cinquenta produtores de doces locais, sendo o maior evento do segmento doceiro do interior paulista, fomentando e incrementado a economia local. Conforme o entrevistado, esse evento movimenta aproximadamente R\$ 800.000,00 durante os quatro dias de evento, com um público total estimado de 96 mil pessoas que passam pelo evento, gerando vários empregos diretos e indiretos.

Por fim, quanto a valorização e resgate da cultura local, Tatuí é uma cidade que encanta pela música e pelos doces caseiros, neste aspecto “valorização e o resgate da cultura local”, é um assunto em constante implementação e estudos, conforme demonstra as respostas na tabela.

A segunda etapa desta pesquisa online, apresenta a avaliação das prioridades denominadas importantes (Tabela 6).

AVALIAÇÃO DO RESULTADO: PRIORIDADES IMPORTANTE					
PROJETOS	EE	EI	EA	NSD	PRINCIPAIS AÇÕES/OBSERVAÇÕES*
<b>Instituição do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR.</b>	83,3%			16,7%	Apenas em Estudo.
<b>Elaboração e divulgação de Roteiros Turísticos</b>	33,3%	33,3%	33,3%		Criado dois Roteiros Turísticos já formatado, falta mais divulgação e formatar novos roteiros.
<b>Desenvolver Circuitos Turísticos</b>	33,3%	33,3%	33,3%		Apenas em Estudo.
<b>Fomento e Suporte ao Artesanato</b>		83,3%		16,7%	Consiste no atendimento ao artesanato local
<b>Incentivo Fiscal a Empreendimentos de Turismo, Lazer e Entretenimento.</b>	66,7%		16,7%	16,7%	Apenas em Estudo.
<b>Tatuí mais Música</b>	16,7%	50%	16,7%	16,7%	Não informado
<b>Realização do Carnaval de Tatuí</b>		66,7%	33,3%		Carnaval resgatado, porém, deve avaliar o seu atual formato.
<b>Realização da Vila de Natal e Natal Musical</b>		83,3%	16,7%		Evento turístico e cultural consolidado.
<b>Continuação do Projeto Monumentos</b>		83,3%	16,7%		A cidade dispõe de algumas estátuas homenageando músicos tatuainos de sucesso, a criação de novas estátuas está sendo analisada.
<b>Resgate e Restauro do Patrimônio Histórico de Tatuí</b>	66,7%	16,7%	16,7%		Esse assunto está sendo melhor estudado no momento, sendo parcialmente implementada e avaliada em outros momentos passados.
<b>Analisar a viabilidade de implantação de projetos</b>	66,7%		33,3%		Questão em constante estudo e avaliação de viabilidade.

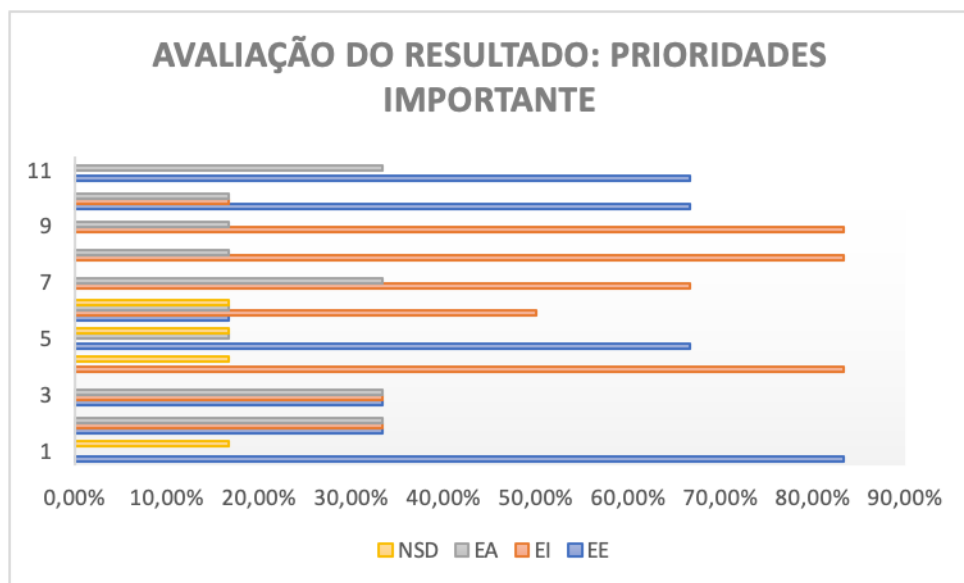
<b>turísticos sugeridos pela sociedade civil.</b>					
* Conforme conversado com o Supervisor do Depto. de Turismo entrevistado.					

**Tabela 6 – Avaliação dos Resultado: Prioridades Importante**

**Fonte: Pesquisa Realizada pelo autor 2020**

**Nota: Elaborado pelo autor**

Podemos observar na tabela de avaliação das prioridades importantes, que a maioria dos projetos estão em fase de Implementação e Execução (EI), conforme avaliação dos gestores e colaboradores do turismo local; vejamos:



**Gráfico 2 – Avaliação do Resultado: Prioridades Importante**

**Fonte: Pesquisa Realizada pelo autor 2020**

**Nota: Elaborado pelo autor**

O Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí (2019), considera a instituição do Fundo Municipal de Turismo, importante. Porém, essa política encontra-se ainda na fase de estudos prévios, como demonstra a tabela acima, anterior ao gráfico.

A elaboração e divulgação de roteiros turísticos, é um assunto divergente entre os gestores e colaboradores responsáveis pelo desenvolvimento turístico local. Conforme o Plano de Desenvolvimento Turístico Local, a cidade já implantou um roteiro turístico cultural experimental desde 2009, porém observamos que nesta temática ainda falta parcerias para melhor estruturação e divulgação, fazendo com que as agências de turismo invistam mais na divulgação e comercialização deste roteiro.

O desenvolvimento de circuitos turísticos, também é um assunto divergente entre os gestores e colaboradores responsáveis pelo desenvolvimento turístico local. O Plano de Desenvolvimento Turístico Local (2009), explica que a ideia é criar Circuitos Turísticos entre as cidades vizinhas. Analisando, o PDT observamos que esse assunto está apenas em estudos; sendo uma política ainda não consolidada.

A questão de suporte e fomento ao artesanato local, como já visto anteriormente, Tatuí possui um atendimento diferenciado ao artesão local, sendo essa, uma política em constante implementação. Conforme demonstra o maior percentual de respostas na tabela acima.

Quanto a política de incentivo fiscal a empreendimentos de turismo, lazer e entretenimento, verificamos ainda ser inexistente. Conforme demonstra o maior percentual de respostas na tabela acima.

Analisando o PDT, observamos que o projeto Tatuí mais Música consiste na ideia de formar uma parceria com o Conservatório local para que seus alunos realizem pequenas apresentações em estabelecimentos comerciais e em espaços públicos, um tipo de ensaio musical. Porém, mediante as divergências de respostas demonstradas na tabela, não conseguimos avaliar em qual fase se encontra o andamento desta ideia.

A realização do Carnaval de Tatuí encontra-se em constante implementação e monitoramento conforme 66,7% dos entrevistados, e para 33,3% seus resultados devem ser avaliados para eventuais ajustes.

O projeto Vila de Natal e Natal Musical, é um evento turístico e cultural consolidado, devendo apenas ser avaliado para eventuais ajustes necessários; como podemos observar na tabela acima.

A ideia de continuação do projeto monumentos, conforme apuramos, é um projeto que consiste na criação de estátuas homenageando músicos tatuianos de sucesso, integrando esses monumentos ao ambiente urbano para apreciação da população e dos turistas. Porém, 16,7% avaliam que esse projeto deve ser avaliado para eventuais ajustes, antes de ser continuado com a criação de novas estátuas.

Já no âmbito do resgate e restauro do patrimônio histórico de Tatuí, o maior percentual da tabela acima, demonstra que essa questão está sendo melhor estudada no momento, sendo parcialmente implementada e avaliada em outros momentos, conforme observamos junto ao PDT.

O tema sobre analisar a viabilidade de implantação de projetos turísticos sugeridos pela sociedade civil, é uma questão em estudo e avaliação; apresentada na tabela. Porém,

podemos verificar ao longo desta pesquisa que Tatuí possui um bom diálogo com a sociedade civil; acatando as boas ideias.

A última etapa da pesquisa, demonstra a avaliação dos projetos locais considerados desejáveis (Tabela 7).

AVALIAÇÃO DO RESULTADO: PRIORIDADES DESEJÁVEL					
PROJETOS	EE	EI	EA	NSD	PRINCIPAIS AÇÕES/OBSERVAÇÕES*
<b>Realização da Procissão de Cavaleiros e Festa de São Jorge</b>		83,3%	16,7%		Evento que acontece todos os anos no mês de abril, não realizado em 2020 devido a pandemia da covid-19
<b>Apoio na Confeção do Tapete de Corpus Christi</b>		83,3%	16,7%		Evento turístico, cultural e religioso tradicional, cancelado em 2020 devido a pandemia da covid-19
<b>Realização da Festa do BemFica, o São João de Tatuí</b>		83,3%	16,7%		Realizado anualmente deste de 2008 cancelado em 2020 devido a pandemia da covid-19. Consiste em uma festa junina consolidada culturalmente e turisticamente.
<b>Realização do Festival de Comidas de Boteco de Tatuí</b>	33,3%		66,7%		Realizado apenas em 2013, no momento uma nova edição esta em fase de estudo e avaliações de viabilidade.
<b>Apoiar Eventos e Ações Culturais que Movimentem o Turismo Local</b>	33,3%	66,7%			Questão em constante implementação e estudos de viabilidade
<b>Criar novos eventos que fortaleçam o Turismo Local</b>	100%				Em estudo
<b>Valorização dos Rios, Lagos e Represas para o desenvolvimento do turismo local.</b>	83,3%			16,7%	Em estudo
<b>Valorização dos Parques Municipais</b>	33,3%	66,7%			Constantemente implementada e estudada

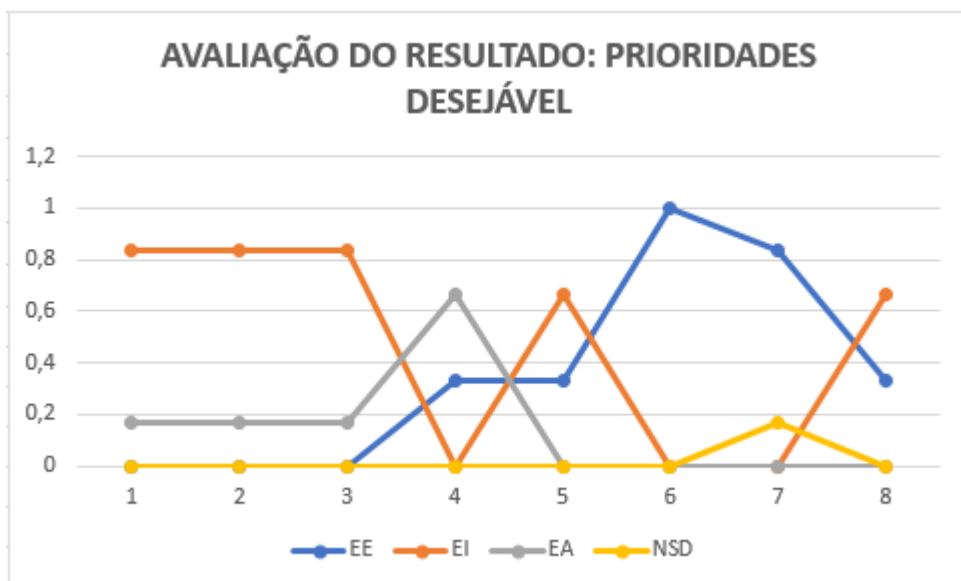
\* Conforme conversado com o Supervisor do Depto. de Turismo entrevistado.

**Tabela 7 – Avaliação dos Resultado: Prioridades Desejável**

**Fonte: Pesquisa Realizada pelo autor 2020**

**Nota: Elaborado pelo autor**

A avaliação das prioridades desejáveis, demonstra que a maioria dos projetos foram avaliados em como Em Estudo (EE) e Em implementação (EI); vejamos:



**Gráfico 3 – Avaliação do Resultado: Prioridades Desejável**  
**Fonte: Pesquisa Realizada pelo autor 2020**  
**Nota: Elaborado pelo autor**

A avaliação das prioridades desejáveis, demonstra que a Festa de São Jorge é um evento tradicional no âmbito municipal e com a participação de comitivas da região, porém seus resultados devem ser avaliados para eventuais ajustes.

Nesta avaliação, observamos que Tatuí apoia logisticamente a confecção do tapete de Corpus Christi, fornecendo assim, apoio dos agentes de trânsito para interdição das ruas que fazem parte do trajeto deste tapete. Esse é um evento turístico e cultural de cunho religioso, os desenhos feitos na rua pelos religiosos chamam a atenção de munícipes e turistas, são desenhos feitos na maioria das vezes com pó de serra colorido e outros materiais recicláveis. Porém, conforme 16,7% dos entrevistados, acreditam que seus resultados devem ser avaliados para eventuais ajustes.

Por sua vez, a Festa do São João do BemFica é um evento turístico e cultural consolidado no município, conforme alguns entrevistados necessita ser avaliada para eventuais ajustes necessários. O nome BemFica faz parte da história de Tatuí, e quer dizer o São João bem fica aqui.

Quanto ao Festival de Comidas de Boteco, o servidor entrevistado, informou que esse evento foi realizado apenas em 2013, o mesmo encontrasse em fase de avaliação e estudos pelos demais atores responsáveis entrevistados nesta pesquisa online afim de verificar a possibilidade de promover esse evento novamente.



Conforme demonstra a tabela, o item: apoiar eventos e ações culturais que movimentem o turismo local, é uma questão em constante implementação e estudos; mas falta avaliar essa implementação.

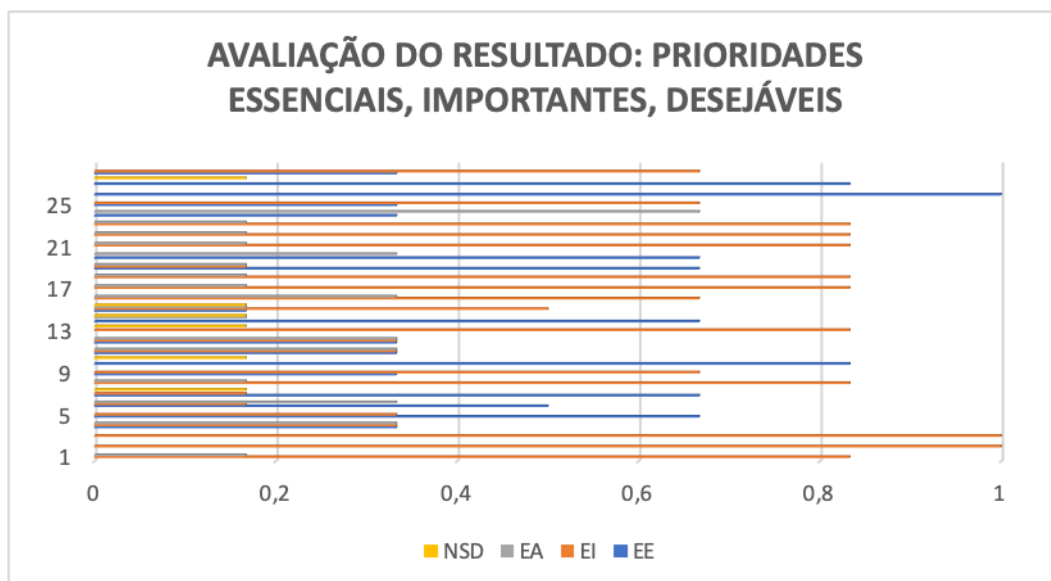
Sobre a questão de criar novos eventos que fortaleçam o turismo local, os gestores e colaboradores responsáveis por fomentar o desenvolvimento turístico local, foram unânimes em afirmar que é necessário estudar a criação de novos eventos que fortaleçam o turismo; porém percebemos que os recursos financeiros são escassos conforme já demonstrado anteriormente.

Podemos observar na tabela acima, que a maioria das respostas considera desejável estudar a valorização dos Rios, Lagos e Represas para o desenvolvimento do turismo local.

Por último, a pesquisa também mostra, que sobre a valorização dos Parques Municipais é uma política constantemente implementada e estudada no âmbito municipal.

Diante do exposto, essa pesquisa online constatou que existe uma divergência de opiniões entre os atores entrevistados, sobre o real andamento das políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento e fortalecimento do turismo local elencadas no próprio Plano de Desenvolvimento Turístico do município. Do total de projetos avaliados a maioria, mais de vinte possuem grandes divergências de opiniões. E, apenas três projetos foram unânimes na percepção, sendo eles: Sinalização Turística; Criação, Reforma, Revitalização e Manutenção de Infraestrutura para o Desenvolvimento Turístico; e Criação de novos eventos que fortaleçam o Turismo Local; os quais as respostas foram cem por cento iguais.

De modo geral, a avaliação das prioridades essenciais, importantes e desejáveis, demonstra que a maior parte dos projetos elencados no Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí foram categorizados como Em Estudo (EE) ou Em implementação (EI), pelos gestores e colaboradores do turismo municipal; conforme apresenta o gráfico a seguir:



**Gráfico 4 – Avaliação do Resultado: Prioridades Essenciais, Importantes, Desejáveis**  
 Fonte: Pesquisa Realizada pelo autor 2020

#### 4.5 Análise de Dados Turísticos relacionados a Tatuí

O município de Tatuí vem demonstrando uma boa representatividade de empregos formais no setor de turismo conforme os últimos dados disponíveis do ano de 2018. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2018), o setor de serviços obteve em Tatuí 7.720 empregos formais, deste percentual segundo o último senso turístico realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018) 13,84% corresponde ao setor de turismo englobando as áreas de alojamento, alimentação, transporte terrestre, aluguel de transportes, agência de viagem, cultura e lazer. Vejamos:

<b>Atividades Característica do Turismo</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Alojamento	207	209	174	203
Alimentação	756	714	772	743
Transporte Terrestre	19	14	22	22
Aluguel de Transportes	8	9	6	8
Agência de Viagem	15	14	16	16
Cultura e Lazer	41	87	91	76
<b>Total de ocupações formais na área de turismo</b>	<b>1.046</b>	<b>1.047</b>	<b>1.081</b>	<b>1.068</b>

**Tabela 8 – Ocupações formais do turismo em Tatuí**  
 Fonte: IPEA (2018)  
 Nota: Elaborado pelo autor

Na representação acima, é possível observar que no período de 2015 a 2018 o número total de ocupações formais na área de turismo se manteve relativamente estável no município de Tatuí, tendo uma pequena queda em 2018 em relação ao ano anterior; no entanto não foi possível apurar o motivo desta pequena queda.

A pesquisa também, procurou avaliar o desempenho do município de Tatuí perante os municípios vizinhos que formam a microrregião turística “Raízes do Interior Paulista” verificando assim o desempenho no número de ocupações formais geradas nos setores de Alojamento, Alimentação, Transportes, Aluguel de Transportes, Agência de Viagem, Cultura e Lazer, no período de 2015 à 2018; lembrando que 2018 é o último levantamento disponível realizado pelo IPEA. Vejamos o desempenho dos municípios, a seguir:

Município	ACTs	2015	2016	2017	2018
BOITUVA (SP)	Alojamento	75	60	57	71
	Alimentação	357	372	401	419
	Transporte Terrestre	3	5	7	5
	Transporte Aéreo	11	8	9	11
	Aluguel de Transportes	6	1	1	1
	Agência de Viagem	12	19	26	35
	Cultura e Lazer	6	11	6	7
<b>Total de ocupações formais na área de turismo</b>		<b>470</b>	<b>476</b>	<b>507</b>	<b>549</b>
Município	ACTs	2015	2016	2017	2018
CERQUILHO (SP)	Alojamento	22	21	22	21
	Alimentação	223	206	193	165
	Transporte Terrestre		6	9	4
	Aluguel de Transportes	1			1
	Agência de Viagem	2	2	3	5
	Cultura e Lazer	9	17	19	20
<b>Total de ocupações formais na área de turismo</b>		<b>257</b>	<b>252</b>	<b>246</b>	<b>216</b>
Município	ACTs	2015	2016	2017	2018
CESARIO LANGE (SP)	Alojamento	315	272	305	311
	Alimentação	94	70	79	88
	Cultura e Lazer	32	46	68	59
<b>Total de ocupações formais na área de turismo</b>		<b>441</b>	<b>388</b>	<b>452</b>	<b>458</b>
Município	ACTs	2015	2016	2017	2018
JUMIRIM (SP)	Alojamento	4	6	6	5
	Alimentação	2			
<b>Total de ocupações formais na área de turismo</b>		<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>5</b>
Município	ACTs	2015	2016	2017	2018
LARANJAL PAULISTA (SP)	Alojamento	18	16	17	18
	Alimentação	101	96	80	79
	Transporte Terrestre	93	97	89	98

	Agência de Viagem	63	68	69	65
	Cultura e Lazer			3	8
<b>Total de ocupações formais na área de turismo</b>		<b>275</b>	<b>277</b>	<b>258</b>	<b>268</b>
<b>Município</b>	<b>ACTs</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
PEREIRAS (SP)	Alimentação	7	12	15	9
<b>Total de ocupações formais na área de turismo</b>		<b>7</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>9</b>
<b>Município</b>	<b>ACTs</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
PORANGABA (SP)	Alojamento				1
	Alimentação	9	41	41	29
	Transporte Terrestre		2	4	12
<b>Total de ocupações formais na área de turismo</b>		<b>9</b>	<b>43</b>	<b>45</b>	<b>42</b>
<b>Município</b>	<b>ACTs</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
QUADRA (SP)	Alojamento	26	24		24
	Alimentação	45	8	23	82
<b>Total de ocupações formais na área de turismo</b>		<b>71</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>106</b>
<b>Município</b>	<b>ACTs</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
TORRE DE PEDRA (SP)	Alimentação	2	2	2	1
<b>Total de ocupações formais na área de turismo</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

**Tabela 9 – Ocupações formais do turismo microrregião “Raízes do Interior Paulista”**

Fonte: CAGED (2020)

Nota: Dados extraídos do IPEA (2018) e tabela elaborada pelo autor

Analisando o demonstrativo acima, é possível observar que apenas três municípios fazem concorrer com Tatuí na diversificação em variedade de serviços turísticos, tais como: alojamento, alimentação, transportes, aluguel de transporte, agência de viagem, cultura e lazer. Esses municípios são: Boituva, Cerquilha e Laranjal Paulista.

Um fato, que também observamos é que Boituva se destaca por ter mais ocupações formais no segmento de Transporte Aéreo, provavelmente o fato dela ser conhecida como Capital do Paraquedismo, com isso o município gera algumas ocupações formais nesta área.

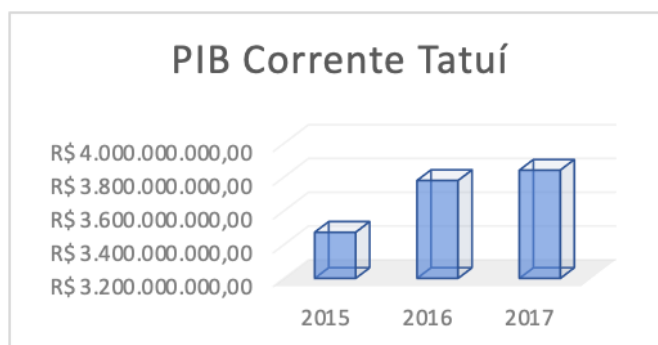
Podemos verificar também, o caso do município de Cesário Lange é disparadamente o que possui mais ocupações formais na área de alojamento, isso se deve provavelmente a um número maior de meios de hospedagem, comparado as demais cidades.

No aspecto das ocupações formais relacionadas ao turismo, analisamos que Tatuí é a cidade que mais gera ocupações, dentre os municípios que compõem a microrregião turística, ofertando praticamente o dobro de ocupações se comparada ao município de Boituva.

Outro dado apurado neste trabalho é o PIB (Produto Interno Bruto) que resumidamente é a soma de todas as riquezas produzidas por uma região ou país. Neste sentido, apuramos que o PIB per capita (divisão da riqueza gerada pelo número de habitantes

do país), verificou que em 2019 o PIB per capita ficou em R\$ 34.533 segundo o IBGE (2009), e o Produto Interno Bruto R\$ 7,3 trilhões neste mesmo período.

O município de Tatuí possui um papel expressivo nesta geração de riquezas ao país, conforme o último levantamento a nível municipal realizado pelo IBGE em 2017 o PIB per capita do tatuiano foi de R\$ 32.295,15 e o Produto corrente gerado pelo município neste mesmo ano foi de 3,841 bilhões. Vejamos a evolução do PIB Corrente em Tatuí, no período de 2015 a 2017:

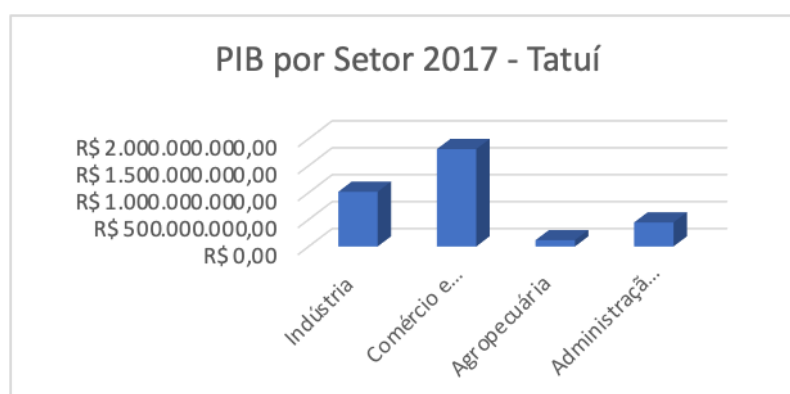


**Gráfico 5 – PIB Corrente Tatuí**

Fonte: IBGE (2020)

Nota: Dados extraídos do Data Sebrae 2020 e adaptado pelo autor

Neste mesmo período, conseguimos ainda apurar a participação dos setores econômicos na geração do PIB de Tatuí. E, constatar que o setor de comércio e serviços onde também se encontra as Atividades Característica do Turismo, é o setor que mais gera riquezas ao município de Tatuí. Vejamos:

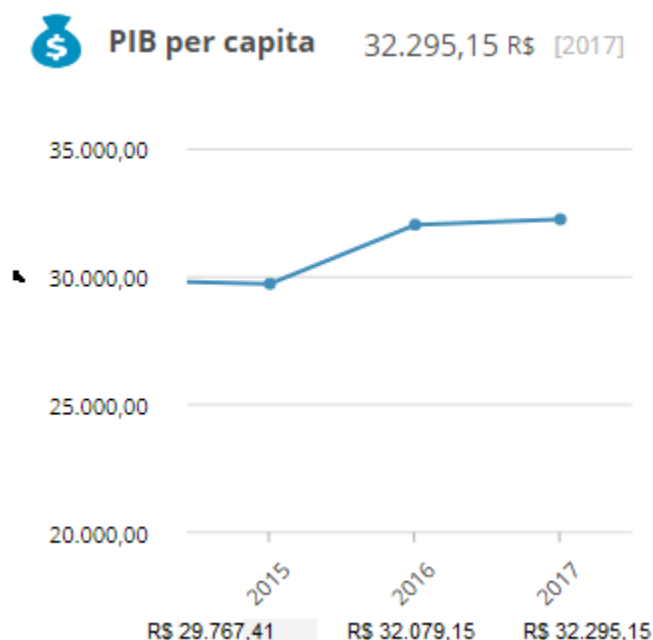


**GRÁFICO 6 – PIB por Setor, ano 2017 (Tatuí/SP)**

Fonte: IBGE (2020)

NOTA: Dados extraídos do Data Sebrae 2020 e adaptado pelo autor.

Conforme dados do IBGE, o PIB per capita de Tatuí teve uma evolução relativamente considerável entre o período de 2015 a 2017, com um crescimento de aproximadamente oito por cento neste período; conforme demonstra o gráfico abaixo:



**Gráfico 7 – PIB per capita de Tatuí de 2015 a 2017**

Fonte: IBGE (2020)

Nota: adaptado pelo autor

Quanto, ao Índice de Desenvolvimento Humano que indica a evolução das condições socioeconômicas e sanitárias, o último dado divulgado pelo IBGE estabelece que a cidade de Tatuí possui um índice de 0,752 número considerado bom e de médio desenvolvimento humano; pois somente localidades acima de 0,800 são considerados de alto desenvolvimento humano a exemplo de países de primeiro mundo, tais como: Suíça e Dinamarca; ficando assim Tatuí na média do Brasil que possui um índice de 0,755 também de médio desenvolvimento. A exemplo de IDH considerado baixo podemos citar países como Níger e República Centro Africana que possuem índice abaixo de 0,400. (Ranking IDH Global 2014).

Nesta ótica, vejamos o gráfico com a evolução do IDH de Tatuí, conforme última atualização disponível no site do IBGE referente ao ano de 2010.



**Gráfico 8 – IDH – Tatuí 2010**  
**Fonte: IBGE (2020)**

Por fim, percebemos que os indicadores específicos para o turismo são escassos, e costumeiramente desatualizados, deste modo, foi possível apurar apenas os indicadores acima utilizados, mas que neste caso, é suficiente para mostrar o papel da atividade turística para o desenvolvimento local. Pois, com poucos investimentos públicos para fomentar o setor, o resultado econômico gerado se mostrou extremamente expressivo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão pública no Brasil está passando por um processo de profissionalização e avanços tecnológicos, pois os cidadãos estão cada vez mais atentos aos atos praticados na esfera pública, atualmente o poder público tem a necessidade e o dever de planejar em todas as áreas, através da elaboração de Planos de Gestão de Resíduos Sólidos, Saneamento Ambiental, Educação, Saúde, Segurança Pública, Cultura, Turismo, entre outras áreas da administração pública.

Neste sentido a gestão pública do turismo tem avançado significativamente e o Estado de São Paulo é pioneiro em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos municípios com potencial turístico por meio da Lei Complementar nº 1.261/2015 que estabeleceu condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico.

Desta forma, o objetivo desse estudo foi analisar quais ações de implementação de política de promoção do turismo o município de Tatuí/SP está realizando para alavancar seu potencial para o desenvolvimento local. Para realizar esta ideia central, especificamente foram estabelecidos os seguintes objetivos: focar nos aspectos primordiais da gestão pública do turismo a nível municipal, trazer aos leitores uma amostragem do potencial turístico da cidade e as principais ações realizadas pelo departamento de turismo local.

Através do desenvolvimento deste trabalho foi possível compreender os principais mecanismos para o fomentar o desenvolvimento turístico; constatando que apenas com o diálogo entre a sociedade e governantes podem proporcionar o desenvolvimento local de forma sustentável.

Essa pesquisa também objetivou mapear as prioridades do desenvolvimento local, que conforme os dados apresentados demonstram que Tatuí possui vinte e sete prioridades para fomentar a atividade turística, divididas em três categorias de maneira hierárquica: essenciais, importantes e desejáveis.

Essas prioridades constam no Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí (2016-2022), as quais estão sendo constantemente implementadas, monitoradas, estudadas e avaliadas durante o período de 2016 até o presente momento.

A pesquisa de campo realizada com os principais atores responsáveis por gerir e fomentar o turismo local, mostra que existem muitas divergências entre as etapas que se



encontram as principais prioridades para o turismo local, destes projetos avaliados, vinte quatro apresentaram divergências nas respostas e apenas três apresentaram respostas iguais.

Assim, a partir de uma análise longitudinal de 2015 a 2018 buscamos indicadores econômicos referentes ao desenvolvimento do turismo local, e constatamos que as plataformas de indicadores referente ao turismo são parcas e desatualizadas, o que não impediu de mostramos um panorama sobre a importância e representatividade do setor no âmbito municipal.

Nesta questão, percebemos que Tatuí possui bons indicadores a nível de IDH, pois Tatuí possui um índice de 0,752 número considerado bom e de médio desenvolvimento humano; ficando bem próximo a média do Brasil que possui um índice de 0,755. Na questão indicadores percebemos ainda, que a cidade possui bons números em ocupações formais geradas em atividades características do turismo, tais como: meios de hospedagem, alimentação, transporte, entre outros serviços necessários para atender aos turistas; fator esse constatado no comparativo com os municípios da região apresentados neste trabalho.

Apesar de termos encontrado algumas limitações para a realização deste trabalho devido ao período de isolamento e distanciamento social impostos pelo período de pandemia da Covid-19 que se alastrou mundialmente neste ano; neste sentido fomos obrigados a dar mais ênfase na realização pesquisa de caráter online e buscar mais conteúdo em sites especializados em estudos acadêmicos e de indicadores socioeconômicos; porém esses fatores adversos não diminuíram o prestígio quantitativo e qualificativo deste estudo.

Todavia, as conclusões deste estudo de caso visam contribuir com a administração municipal, pois neste trabalho é possível vislumbrar um panorama da gestão pública do turismo local; servindo de referencial para outros estudos neste sentido.

Concebe-se, que esse estudo constatou o exemplo das políticas públicas do Estado de São Paulo para fomentar as Estâncias e Municípios de Interesse Turístico paulistas, sendo Tatuí um exemplo entre os municípios de interesse turístico, sendo uma das primeiras cidades a receber essa titulação.

Com a entrevista, realizada há um servidor público municipal e atual supervisor de assuntos turísticos, percebemos que existem bons projetos no PDT local, porém os recursos financeiros são insuficientes para que sejam desenvolvidas todas as prioridades.

Por fim, sugerimos que o município continue buscando parcerias e novos convênios com o governo federal e estadual para conseguir desenvolver todas as prioridades do PDT até o ano de 2022 como o documento sugere; e que após essa data o município possa avaliar juntamente com o Conselho Municipal de Turismo e a sociedade local, todos os projetos,

diretrizes e políticas estabelecidas neste PDT; afim de fazerem os ajustes necessários para a elaboração de um novo plano para os próximos seis a oito anos.

## REFERÊNCIAS

ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro, Set./Out. 2003, p. 01-22. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6512/5096> > Acesso em: 30 jul. 2020.

APRECESP. Lista das Estâncias Turísticas. Disponível em: < <http://aprecesp.com.br> > Acesso em: 30 jul. 2020.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (organizadora). Como Aprender Como Ensinar. 2. ed. São Paulo/SP: SENAC, 2001.

BARRETTO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. Campina, Papyrus, 1995.

BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo. 8ª ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BENI, Mario Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 11ª ed. São Paulo, SP: Editora Senac, 2006. p.91.

BESSA, Altamiro Mol; BENEDICTO, Danielle Barros de Moura; ALVARES, Lucia Capanema; TEIXEIRA, Luis Antônio Antunes. A Indústria do Turismo e as Transformações Urbanas no Mundo Globalizado: Críticas ao Modelo Estratégico baseadas no caso dos Jogos Pan Americanos do Rio de Janeiro (2007, p. 01-28). Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direito-a-moradia-adequada/artigos/a-industria-do-turismo-e-as-transformacoes-urbanas-no-mundo-globalizado> > Acesso em: 30 jul. 2020.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BLOG BRK AMBIENTAL A pesquisa do IDH é realizada pela ONU (Organização das Nações Unidas). Disponível em: < <https://blog.brkambiental.com.br/idh-brasil/> > Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Economia do turismo: análise das atividades características do turismo 2003 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro: NIBGE, 2006. 62 p. – (Estudos e pesquisas. Informação econômica, ISSN 1679-480X ; n. 5). Disponível em: <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/pdf/outros\\_estudos/economia\\_do\\_turismo/Estudo\\_Economia\\_do\\_Turismo\\_\\_Uma\\_Perspectiva\\_Macroeconomica\\_2003\\_2009.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/pdf/outros_estudos/economia_do_turismo/Estudo_Economia_do_Turismo__Uma_Perspectiva_Macroeconomica_2003_2009.pdf) > Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.565, de 19 de Dez. de 1986. Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. Brasília, DF, Dez. 1986.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de Set. de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, set. 2008.

BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. Disponível em: < <https://dados.gov.br/dataset/chegada-turistas>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Estudos da competitividade do turismo brasileiro. Ministério do Turismo. Disponível em: < [https://www3.eco.unicamp.br/Neit/images/stories/INSTITUIEES\\_E\\_POLITICAS\\_PBLICAS\\_DE\\_TURISMO.pdf](https://www3.eco.unicamp.br/Neit/images/stories/INSTITUIEES_E_POLITICAS_PBLICAS_DE_TURISMO.pdf) >. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Turismo e Sustentabilidade/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. Disponível em: < [http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros\\_brasil/turismo\\_e\\_sustentabilidade.pdf](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/turismo_e_sustentabilidade.pdf) > Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: < <http://meiradarocho.jor.br/news/tcc/files/2017/12/Gerhardt-e-Silveira.-M%C3%A9todos-de-Pesquisa-EAD-UFRGS.pdf> > Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2018-2022. Disponível em < [http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT\\_2018-2022.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf)> Acessado em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo. Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html>> Acesso em: 20 mar. 2020.

CHAGAS, André Luís Squarize; TONETO JR, Rudinei. Fatores determinantes do crescimento local, evidências a partir de dados dos municípios brasileiros para o período 1980-1991. pesquisa e planejamento econômico, ppe, v.33, n.2, ago 2003. Disponível em: < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5056/1/PPE\\_v33\\_n02\\_Fatores.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5056/1/PPE_v33_n02_Fatores.pdf) > Acesso em: 30 jul. 2020.

CERQUEIRA, Poliana da Silva; PINHEIRO, Lessi Inês Farias de; OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Brasil e na Bahia, 2014, p.01-19. Disponível em: < <http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt7-7.pdf> > Acesso em: 30 jul. 2020.

COLANTUONO, Aline Correia de Sousa. O processo histórico da atividade turística mundial e nacional. Cadernos da Fucamp, v.14, n.21, p.30-41, 2015. Disponível em: <

<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/532/406> > Acesso em: 30 jul. 2020.

CNC, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Faturamento do Turismo cresce 2,2% em 2019. Disponível em: < <https://brasilturis.com.br/cnc-faturamento-do-turismo-cresce-22-em-2019/>> Acesso em: 30 mai. 2020.

CNC, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Turismo movimentou R\$ 238,6 bilhões no Brasil em 2019, aumento de 2,2%. Disponível em: < [http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13379-turismo-movimentou-r\\$-238,6-bilh%C3%B5es-no-brasil-em-2019,-aumento-de-2,2.html/](http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13379-turismo-movimentou-r$-238,6-bilh%C3%B5es-no-brasil-em-2019,-aumento-de-2,2.html/)> Acesso em: 01 jun. 2020.

Data Sebrae Indicadores. Disponível em: <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Economia> > Acesso em: 30 jul. 2020.

ECKERT, Alex; MECCA, Marlei Salete; MENEGAT, Josiane. Desenvolvimento turístico regional e o desempenho da arrecadação do imposto sobre serviços no período de 2012 a 2016: o caso dos municípios do destino indutor das Hortênsias (RS). DOI: 10.18226/23190639.v6n1.08. Disponível em:

<<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/RBGI/article/view/5921>> Acesso em: 30 jul. 2020.

FERREIRA, Denis. Commodities. Petróleo, café e madeira. 2015. Disponível em: <<http://economiasemsegredos.com/commodities-petroleo-cafe-e-madeira/>> Acesso em 20 jul. 2020.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila Disponível em < <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf> > Acesso em 20 jul. 2020.

GALDINO, Letícia Cristina Fernandes; COSTA, Michele Leandro. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica Vol. VI, nº4, Rio de Janeiro, SET. 2011 Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5815/4526> > Acesso em 14 mai. 2020.

GALVÃO, Paulo Roberto. Estâncias e municípios de interesse turístico: o exemplo de São Paulo com incentivo ao turismo para o Brasil. Curitiba, PR: Juruá, 2018. p. 33-34.

GOMES, Bruno Martins Augusto Gomes; Gândara, José Manoel Gonçalves 2014 in PIMENTEL, org. Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edegar Luis. Gestão pública do turismo no Brasil. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014. 528p, p.211-229.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares & JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sintéticos no Processo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas: Limites e Legitimidades. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. p.03.

G1. Número de turistas estrangeiros no Brasil em 2015 cai 1,9%. Disponível em < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/04/numero-de-turistas-estrangeiros-no-brasil-em-2015-cai-19.html>> Acesso em 20 mar. 2020.

G1. Número de turistas internacionais cresce 7% no mundo 2018. Disponível em < <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/numero-de-turistas-internacionais-cresce-7.ghtml>> Acesso em 20 mar. 2020.

G1. O que afasta os turistas estrangeiros do Brasil?. Disponível em < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/16/o-que-afasta-os-turistas-estrangeiros-do-brasil.ghtml>> Acesso em 20 mar. 2020.

HAM, Christopher; HILL, Michael. *The Policy Process in the Modern Capitalist State*. Brighton: Wheatsheaf Books, 1985.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População estimada dos municípios, IDH dos municípios, e demais dados estatísticos. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/> > Acesso em 20 jul. 2020.

ITO; Claudemira Azevedo. Evolução histórica do turismo e suas motivações. *Tópos*, V. 2, N° 1, p. 123 - 141, 2008. Disponível em < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2208/2021> > Acesso em 20 jul. 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dados e Indicadores Turísticos de 2015 a 2018. Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/extrator/> > Acesso em 10 abr. 2020.

JACOBS, J. *The economy of cities*. New York: Vintage, 1969.

JORDÃO, Ana Carolina de Almeida. *A atividade turística na cidade de cabo frio a partir do olhar da população local* / Ana Carolina de Almeida Jordão – Niterói: UFF, 2011. 116p. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/1574/1/137%20-%20Ana%20Carolina%20Jordao.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2020.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Agência de Turismo Thomas Cook declara falência. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/agencia-de-turismo-thomas-cook-declara-falencia-e-afeta-600-mil-clientes.shtml>> Acesso em: 30 jul. 2020.

LAKATOS, Eva Maria. e MARKONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 2003. Disponível em: <<http://www.cantinhodarevisao.com.br/resources/Fundamentos%20de%20Metodologia%20Cient%20ADfca%20-%20Eva%20Maria%20Lakatos-www.LivrosGratis.net.pdf>> Acesso em 20 jul. 2020.

LEMONS, Leonardo. *O Valor Turístico: (Re) Definindo a Economia do Turismo* - Out/03. Disponível em:< <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/valortur.html>>. Acesso em: 15 mar. 2020., p. 28 (Mathielsen; Wall, 1982).

MALMEGRIN, Maria Leonídia. *Gestão operacional – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.*

MARTINS, André. Cresce a participação do Turismo no PIB nacional. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12461-cresce-a-participa%C3%A7%C3%A3o-do-turismo-no-pib-nacional.html>> Acesso em: 30 jul. 2020.

MICHELIN, Dominique Corrêa. Gestão pública do turismo no município de Itaí (SP). 2012. 87 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Educação à distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012. Disponível em: [http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1498/1/CT\\_GPM\\_II\\_2012\\_74.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1498/1/CT_GPM_II_2012_74.pdf) Acesso em: 20 mar. 2020.

MOREIRA, JC. Turismo em áreas naturais e o geoturismo. In: Geoturismo e interpretação ambiental [online]. 1st ed. rev. and enl. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 19-36, p.21-22. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/v4ddr/pdf/moreira-9788577982134.pdf>.> Acesso em: 30 jul. 2020.

MOURA, Ana Carla. As cidades e municípios precisam saber sua identidade, o que possuem de oferta turística. E para isso, é necessário ter conhecimento, saber onde buscar os melhores modelos de gestão e as melhores práticas (2019) in: O Turismo que transforma vidas. Disponível em < <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12635-o-turismo-que-transforma-vidas.html>> Acesso em: 20 mar. 2020.

NOGUEIRA, Mário G. O papel do turismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil, Rev. Adm. publ., Rio de Janeiro, abr./jun. 1987. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9772/8795> > Acesso em: 30 jul. 2020.

MENEZES, Estera Muszkat. e SILVA, Edna Lucia da. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 2005. Disponível em: <[https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia\\_de\\_pesquisa\\_e\\_elaboracao\\_de\\_teses\\_e\\_dissertacoes\\_4ed.pdf](https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf)> Acesso em 15 mar. 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. Informações sobre Saúde e Qualidade de Vida. Disponível em: < <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/> > Acesso em: 25 ago. 2020.

ONU, Organização das Nações Unidas. Ranking IDH Global, Relatório de Desenvolvimento Humano 2015. Disponível em: < <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>> . Acesso em: 30 jul. 2020.

ONU, Organização das Nações Unidas. Relatório Brundtland. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> > . Acesso em: 30 jul. 2020.

OLIVEIRA, Jamily. Contribuição do turismo para o desenvolvimento da economia. 2019. Disponível em: < <https://administradores.com.br/artigos/contribuicao-do-turismo-para-o-desenvolvimento-da-economia> > . Acesso em: 30 jul. 2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477> > . Acesso em: 30 jul. 2020.

PORTAL PANROTAS. Brasil é o 32º país mais competitivo no Turismo; veja ranking. Disponível em: < [https://www.panrotas.com.br/mercado/pesquisas-e-estatisticas/2019/09/brasil-e-o-32o-pais-mais-competitivo-no-turismo-veja-ranking\\_167371.html](https://www.panrotas.com.br/mercado/pesquisas-e-estatisticas/2019/09/brasil-e-o-32o-pais-mais-competitivo-no-turismo-veja-ranking_167371.html) > Acesso em: 30 jul. 2020.

PORTAL TERRA. Entenda o cálculo do IDH e seus indicadores. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/entenda-o-calculo-do-idh-e-seus-indicadores,9b65120115dc0cc756b529832aa733d1nls36v2s.html#:~:text=Pa%C3%ADses%20com%20IDH%20at%C3%A9%200%2C499,t%C3%AAm%20desenvolvimento%20humano%20considerado%20alto.> > Acesso em: 30 jul. 2020.

PIMENTEL, org. Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edegar Luis. Gestão pública do turismo no Brasil. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014. 528p., p.16.

PROCÓPIO, Igor Vieira; OLIVEIRA JR, Lourival Batista de; AMÂNCIO, Robson. O uso de indicadores de desenvolvimento local: o mapa de exclusão/inclusão social do município de Juiz de Fora. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 4 Nª 6 Jan-Jun 2009. p.69 Disponível em: [http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/procopio\\_et\\_al\\_-\\_6.pdf](http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/procopio_et_al_-_6.pdf). > Acesso em: 20 ago. 2020.

RUA, Maria das Graças Políticas públicas / Maria das Graças Rua. – 3. ed. rev. atua. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2014.130p., p. 17, 34-36 in MATHIESON, A., e WALL, G. (1982).

ROTUNNO, Luigi. O futuro do turismo no mundo pós-moderno (2017). Disponível em: <<https://www.mercadoeventos.com.br/blogs/o-futuro-do-turismo-no-mundo-pos-moderno/>> Acesso em: 20 ago. 2020.

RICCI, Fábio; SANT'ANA, Rosângela. Desenvolvimento turístico sustentável: o artesanato local como alternativa na cidade de Santo Antônio do Pinhal, SP. Disponível em: < <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/244/253> > Acesso em: 20 ago. 2020.

SANDO, Toni. Aviação, um dos pilares para o turismo (2018). Disponível em: < <https://visitesaopaulo.com/aviacao-um-dos-pilares-para-o-turismo/> > Acesso em: 20 jun. 2020.

SÃO PAULO. Criação da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. Disponível em: <[https://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia\\_tour.php?cod\\_menu=19](https://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=19)> Acesso em: 20 ago. 2020.

SÃO PAULO. Listas, Perfil e Mapas dos Municípios de Interesse Turísticos e Estâncias, Manual de Convênios e Estrutura da Secretaria Estadual de Turismo. Disponível em: <[turismo.sp.gov.br](http://turismo.sp.gov.br)> Acesso em: 20 ago. 2020.

SÃO PAULO. Turismo libera R\$ 70,5 milhões para cidades paulistas no 1º semestre (02/07/2019). Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/turismo-libera-r-705-milhoes-para-cidades-no-1o-semester/>> Acesso em: 20 ago. 2020.



SÃO PAULO. Lei complementar nº 846, de 04 de Jun. de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências. São Paulo, SP, jun. 1998.

SÃO PAULO. Lei nº 997, de 13 de abr. de 1951. Cria um Conservatório Dramático e Musical na cidade de Tatuí. São Paulo, SP, abr. 1951.

SÃO PAULO. Lei nº 12.544, de 30 de jan. de 2007. Declara como Capital da Música o Município de Tatuí. São Paulo, SP, jan. 2007.

SÃO PAULO. Lei nº 16.429, de 31 de mai. de 2017. Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica. São Paulo, SP, maio 2017.

SÃO PAULO. Lei Complementar nº 1.261, de 29 de Abr. de 2015. Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas. São Paulo, SP, abr. 2015.

SÃO PAULO. Decreto nº 36.856, de 4 de junho de 1993. Dispõe sobre as atribuições e competências do Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias.

SANCHO, J. M. (org.). Para uma tecnologia educacional. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SCATOLIN, Vivian. Implantação de sistema de avaliação de desempenho de servidores, públicos na Câmara Municipal de São José dos Campos. 2018. 48 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa Nacional de Formação em Administração Pública da Universidade Aberta do Brasil, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018 Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/14823>> Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, Kely Cristina Mendes da. A importância do turismo para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo. 2004. 65f. Monografia apresentada ao Curso de Economia, do Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Publicacoes/Outras/Monografias/KELYCRISTINAMENDESDASILVA.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO; Conceição de Maria Belfort de. Políticas públicas de turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país. Gestão e Tecnologia para a Competitividade, Outubro de 2013, p. 01-10. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/36218351.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana; PAIXÃO, Dario Luiz Dias; 2014, p. 68 in PIMENTEL, org. Thiago Duarte; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; TOMAZZONI, Edegar Luis. Gestão pública do turismo no Brasil. Caxias do Sul, RS: Educus, 2014. 528p.

SEBASTIÃO, Jean Vinícios. A importância do orçamento participativo. Caderno de Gestão Pública. v. 5, n. 3 (2014). Disponível em: <<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/gestao-publica/article/view/366>> Acesso em: 20 mar. 2020.

SUPER INTERESSANTE. Por que o Brasil atrai tão poucos turistas?. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociedade/por-que-ninguem-viaja-para-o-brasil/>> Acesso em: 17 jul. 2020.

Leia mais em: <https://super.abril.com.br/sociedade/por-que-ninguem-viaja-para-o-brasil/>

TYLER, Ducan; Guerrir, Yvonne; Robertson, Martin. Gestão de turismo municipal. São Paulo, SP: Futura, 2001. p. 69, p. 90-91.

TATUÍ. Lei municipal nº: 4976 de 27 de out. de 2015. Aprova o PDT – Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Tatuí e dá outras providências.

TATUÍ. Plano de desenvolvimento turístico, atualização 2020-2022. Disponível em: <<http://tatui.sp.gov.br/servicos/desenvolvimento-turistico>> Acesso em: 20 mar. 2020.

TATUÍ. Lei Municipal nº: 5071 de 06 de jan de 2017. Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Tatuí, cria e extingue cargos e dá outras providências. Tatuí, SP, jan. 2017.

TATUÍ. Visite Tatuí. Disponível em: <<https://visitetatui.com.br/ws/>> Acesso em: 20 jun. 2020.

TATUÍ. Prefeitura de Tatuí – Atos Oficiais. Disponível em: <<https://www2.tatui.sp.gov.br/>> Acesso em: 20 jun. 2020.

UOL, Economia. Número de trabalhadores com carteira volta a subir após 4 anos de queda. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/05/31/emprego-carteira-assinada-ibge-pnad-continua.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 20 mar. 2020.

VALOR ECONÔMICO. País perde 5,4% dos turistas no 1º semestre. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/08/26/pais-perde-54-dos-turistas-no-1o-semester.ghtml>> Acesso em 20 mar. 2020.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A** - Roteiro de Entrevista Semiestruturada Realizada com o Supervisor do Departamento Municipal Turismo de Tatuí (SP).



### QUESTIONÁRIO / ENTREVISTA

Destinado ao o Supervisor do Departamento Municipal Turismo de Tatuí (SP).

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

- 1) Qual a atual estrutura do Departamento Municipal de Turismo?

\_\_\_\_\_

- 2) Comente sobre Tatuí ter sido elevada a MIT (Município de Interesse Turístico do Estado de São Paulo) e sobre a verba de direito aos MIT's

\_\_\_\_\_

- 3) Comente sobre as ações de implementação da política pública de turismo de Tatuí, através do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico local.

\_\_\_\_\_

- 4) Comente sobre as Principais Ações Desenvolvidas pelo Departamento de Turismo.

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE B** – Avaliação das Prioridades para o Turismo local (Tatuí/SP) – Em Tatuí, existe uma Agenda Formada para fomentar o desenvolvimento do turismo, esta agenda é formada pelo Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí (2016 a 2022), onde são elencadas prioridades para o turismo local. (Pesquisa online destinada aos principais gestores responsáveis de fomentar o turismo local)

03/09/2020

AVALIAÇÃO DAS PRIORIDADES PARA O TURISMO LOCAL (TATUÍ/SP)

## AVALIAÇÃO DAS PRIORIDADES PARA O TURISMO LOCAL (TATUÍ/SP)

Em Tatuí, existe uma Agenda Formada para fomentar o desenvolvimento do turismo, esta agenda é formada pelo Plano de Desenvolvimento Turístico de Tatuí (2016 a 2022), onde são elencadas prioridades para o turismo local. Desta forma, solicitamos a possibilidade de V.Sª. avaliar as prioridades abaixo discriminadas.

**\*Obrigatório**

1. Manutenção do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

2. Sinalização Turística. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

03/09/2020

AVALIAÇÃO DAS PRIORIDADES PARA O TURISMO LOCAL (TATUI/SP)

3. Criação, Reforma, Revitalização e Manutenção de infraestrutura para o Desenvolvimento Turístico. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

4. Projeto de Tematização Turística do Município de Tatuí. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

5. Promover Capacitações da Mão de Obra Turística. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

03/09/2020

AVALIAÇÃO DAS PRIORIDADES PARA O TURISMO LOCAL (TATUL/SP)

6. Conscientização e Educação voltada ao Turismo. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

7. Realização da Feira do Doce. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

8. Valorização e Resgate da Cultura Local. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

03/09/2020

AVALIAÇÃO DAS PRIORIDADES PARA O TURISMO LOCAL (TATUI/SP)

9. Instituição do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

10. Elaboração e divulgação de Roteiros Turísticos. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

11. Desenvolver Circuitos Turísticos. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

03/09/2020

AVALIAÇÃO DAS PRIORIDADES PARA O TURISMO LOCAL (TATUI/SP)

## 12. Fomento e Suporte ao Artesanato. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

## 13. Incentivo Fiscal a Empreendimentos de Turismo, Lazer e Entretenimento. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

## 14. Tatui mais Música. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!



15. Realização do Carnaval de Tatuí. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

16. Realização da Vila de Natal e Natal Musical. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

17. Continuação do Projeto Monumentos. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

03/09/2020

AVALIAÇÃO DAS PRIORIDADES PARA O TURISMO LOCAL (TATUI/SP)

18. Resgate e Restauro do Patrimônio Histórico de Tatuí. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

19. Analisar a viabilidade de implantação de projetos turísticos sugeridos pela sociedade civil. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

20. Realização da Procissão de Cavaleiros e Festa de São Jorge. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

03/09/2020

AVALIAÇÃO DAS PRIORIDADES PARA O TURISMO LOCAL (TATUI/SP)

21. Apoio na Confeção do Tapete de Corpus Christi. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

22. Realização da Festa do BemFica, o São João de Tatuí. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

23. Realização do Festival de Comidas de Boteco de Tatuí. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

03/09/2020

AVALIAÇÃO DAS PRIORIDADES PARA O TURISMO LOCAL (TATUI/SP)

24. Apoiar Eventos e Ações Culturais que Movimentem o Turismo Local. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

25. Criar novos eventos que fortaleçam o Turismo Local. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

26. Valorização dos Rios, Lagos e Represas para o desenvolvimento do turismo local. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

03/09/2020

AVALIAÇÃO DAS PRIORIDADES PARA O TURISMO LOCAL (TATUI/SP)

27. Valorização dos Parques Municipais. Encontra-se na seguinte fase: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em Estudo (Formação de Alternativas para a melhor tomada de decisão).
- Em implementação (Em execução/executada ou em constante implementação e monitoramento).
- Em Avaliação (Já foi implementada anteriormente seus Resultados estão sendo avaliados para eventuais ajustes).
- Não sei dizer!

28. Qual a sua relação com o desenvolvimento do turismo local em Tatuí? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Gestor Municipal do Turismo
- Servidor Público Municipal da área de Turismo
- Gestor Público ou Servidor Público Municipal de outra área.
- Representante da Comunidade Local (município em geral, representante organizações privadas, empresário do turismo, membro ativo do conselho municipal de turismo, entre outros).

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## ANEXOS

### ANEXO A - LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015

*(Projeto de lei complementar nº 32/12, do Deputado João Caraméz - PSDB, e outros)*

**Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:  
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1º** - A classificação de Municípios Turísticos, assim considerados as Estâncias e os Municípios de Interesse Turístico, far-se-á por lei estadual, observadas as condições e atendidos os requisitos mínimos estabelecidos nesta lei complementar.  
**Parágrafo único** - Todas as Estâncias, independentemente da sua natureza ou vocação, serão classificadas por lei como Estâncias Turísticas.

#### CAPÍTULO II

#### DAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS

**Artigo 2º** - São condições indispensáveis e cumulativas para a classificação de Município como Estância Turística:

- I** - ser destino turístico consolidado, determinante de um turismo efetivo gerador de deslocamentos e estadas de fluxo permanente de visitantes;
- II** - possuir expressivos atrativos turísticos de uso público e caráter permanente, naturais, culturais ou artificiais, que identifiquem a sua vocação voltada para algum ou alguns dos segmentos abaixo relacionados, sintetizados no Anexo I desta lei complementar:
- a) Turismo Social;

b) Ecoturismo;

c) Turismo Cultural;

- d)** Turismo Religioso;
- e)** Turismo de Estudos e de Intercâmbio;
- f)** Turismo de Esportes;
- g)** Turismo de Pesca;
- h)** Turismo Náutico;
- i)** Turismo de Aventura;
- j)** Turismo de Sol e Praia;
- k)** Turismo de Negócios e Eventos;
- l)** Turismo Rural;
- m)** Turismo de Saúde;

**III** - dispor, no mínimo, dos seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem, serviços de alimentação, serviços de informação e receptivo turísticos;  
**IV** - dispor de infraestrutura de apoio turístico, como acesso adequado aos atrativos, serviços de transporte, de comunicação, de segurança e de atendimento médico emergencial, bem como sinalização indicativa de atrativos turísticos adequada aos padrões internacionais;  
**V** - dispor de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes no que se refere a abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários e gestão de resíduos sólidos;

**VI** - ter um plano diretor de turismo, aprovado e revisado a cada 3 (três) anos;

**VII** - manter Conselho Municipal de Turismo devidamente constituído e atuante.  
§ 1º - O Conselho Municipal de Turismo, de caráter deliberativo, deve ser constituído, no mínimo, por representantes das organizações da sociedade civil representativas dos setores de hospedagem, alimentação, comércio e receptivo turístico, além de representantes da administração municipal nas áreas de turismo, cultura, meio ambiente e educação.  
§ 2º - Cada Conselho terá regimento próprio, com regras para a eleição de seu presidente e

duração do respectivo mandato.

**Artigo 3º** - Somente poderão ser classificados como Estâncias Turísticas os municípios com até 200.000 (duzentos mil) habitantes, observado o censo demográfico decenal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, salvo aqueles assim classificados antes da publicação desta lei complementar.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO**

**Artigo 4º** - São condições indispensáveis e cumulativas para a classificação de Município como de Interesse Turístico:

**I** - ter potencial turístico;

**II** - dispor de serviço médico emergencial e, no mínimo, dos seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem no local ou na região, serviços de alimentação e serviço de informação turística;

**III** - dispor de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes no que se refere a abastecimento de água potável e coleta de resíduos sólidos;

**IV** - possuir expressivos atrativos turísticos, plano diretor de turismo e Conselho Municipal de Turismo, nos mesmos termos previstos nos incisos II, VI e VII do artigo 2º desta lei complementar.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA**

##### **SEÇÃO I**

#### **DOS PROJETOS DE CLASSIFICAÇÃO DE MUNICÍPIOS TURÍSTICOS**

**Artigo 5º** - O projeto de lei que objetive a classificação de município como Estância Turística



ou como de Interesse Turístico deverá ser apresentado por qualquer Deputado, devidamente instruído com os seguintes documentos:

- I** - para classificação de Estâncias:
- a)** estudo da demanda turística existente nos 2 (dois) anos anteriores à apresentação do projeto, a ser realizado pela Prefeitura Municipal em convênio com órgão público estadual, federal, instituição de ensino superior ou entidade especializada;
  - b)** inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos atrativos turísticos do município, de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei complementar, com suas respectivas localizações e vias de acesso;
  - c)** inventário dos equipamentos e serviços turísticos, de que trata o inciso III do artigo 2º desta lei complementar;
  - d)** inventário da infraestrutura de apoio turístico de que trata o inciso IV do artigo 2º desta lei complementar;
  - e)** certidões emitidas pelos órgãos oficiais competentes para efeito de comprovação dos requisitos estabelecidos no inciso V do artigo 2º desta lei complementar;
  - f)** cópia do Plano Diretor Municipal de Turismo e atas das 6 (seis) últimas reuniões do Conselho Municipal de Turismo, devidamente registradas em cartório;
- II** - para classificação de Municípios de Interesse Turístico:
- a)** estudo da demanda turística existente no ano anterior à apresentação do projeto, a ser realizado pela Prefeitura Municipal em convênio com órgão público estadual, federal, instituição de ensino superior ou entidade especializada;
  - b)** inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos atrativos turísticos do município, de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei complementar, com suas respectivas localizações e vias de acesso;
  - c)** inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos equipamentos e serviços turísticos, do serviço de atendimento médico emergencial e da infraestrutura básica de que tratam os incisos II e III do artigo 4º desta lei complementar;
  - d)** cópia do Plano Diretor Municipal de Turismo e atas das 6 (seis) últimas reuniões do Conselho Municipal de Turismo, devidamente registradas em cartório.
- § 1º - A Comissão da Assembleia Legislativa incumbida de apreciar os projetos de lei de classificação de municípios como Estância Turística ou de Interesse Turístico encaminhará os documentos de que trata este artigo à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo, para sua manifestação quanto ao cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta lei complementar.
- § 2º - Caberá à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo manifestar-se sobre cada projeto e, para efeito do disposto no artigo 6º desta lei complementar, elaborar o ranqueamento das Estâncias e dos Municípios de Interesse Turístico, com base nos requisitos estabelecidos nesta lei complementar, escalonados de acordo com a matriz de avaliação proposta em regulamento, para efeito de classificação de, no máximo, 70 (setenta) Estâncias e 140 (cento e quarenta) Municípios de Interesse Turístico, que serão habilitados a receber recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, previsto no artigo 146 da Constituição do Estado.

## SEÇÃO II

### DO PROJETO DE LEI REVISIONAL DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS

**Artigo 6º** - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, a cada 3 (três) anos, projeto de Lei Revisional dos Municípios Turísticos, observados o ranqueamento das Estâncias Turísticas e dos Municípios de Interesse Turístico de que trata o § 2º do artigo 5º desta lei complementar e outras melhorias implementadas pelo município, como a Lei Municipal das Micro e Pequenas Empresas, cursos de capacitação profissional na área de turismo receptivo e condições de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1º - Até 3 (três) Estâncias Turísticas que obtiverem menor pontuação no ranqueamento trianual poderão passar a ser classificadas como Municípios de Interesse Turístico.

§ 2º - Poderão ser classificados como Estância Turística os Municípios de Interesse Turístico melhor ranqueados que obtiverem pontuação superior à das Estâncias Turísticas de que trata o §1º deste artigo, com base nos critérios abaixo relacionados:

- 1 - fluxo turístico permanente;
- 2 - atrativos turísticos;
- 3 - equipamentos e serviços turísticos.

§ 3º - Para efeito do disposto neste artigo, os municípios classificados por lei como Estância Turística e de Interesse Turístico deverão encaminhar à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo, até o dia 30 de abril do ano de apresentação do projeto de Lei Revisional, a documentação de que tratam os incisos I e II do artigo 5º desta lei complementar, respectivamente.

§ 4º - A não observância pelo município do disposto no § 3º deste artigo implicará a revogação da lei que dispôs sobre a sua classificação como Estância Turística ou como Município de Interesse Turístico, com a consequente perda da respectiva condição e dos auxílios, subvenções e demais benefícios dela decorrentes.

## CAPÍTULO V

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 7º** - Os municípios classificados por lei como Estâncias Balneárias, Hidrominerais, Climáticas e Turísticas passam a ser classificados como Estâncias Turísticas, sem prejuízo da utilização da terminologia anteriormente adotada, para efeito de divulgação dos seus principais atrativos, produtos e peculiaridades.

**Artigo 8º** - Esta lei complementar e suas disposições transitórias entram em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a [Lei nº 10.426, de 8 de dezembro de 1971](#), a Lei nº 1.457, de 11 de novembro de 1977, a Lei nº 1.563, de 28 de março de 1978, e o artigo 11 da [Lei nº 6.470, de 15 de junho de 1989](#).

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Artigo 1º** - A partir da publicação desta lei complementar, serão arquivados todos os projetos de lei ainda não deliberados pelo Plenário da Assembleia Legislativa que objetivem classificar municípios como Estâncias de qualquer natureza ou como de Interesse Turístico.

**Artigo 2º** - O primeiro projeto de Lei Revisional dos Municípios Turísticos deverá ser apresentado em até 3 (três) anos após a publicação desta lei complementar, período em que os municípios classificados como Estâncias, que não atenderem aos requisitos estabelecidos nesta lei complementar, deverão se adequar às suas exigências, à exceção do previsto no inciso V do artigo 2º desta lei complementar, sob pena de perderem a sua condição de estância.

§ 1º - Os municípios classificados como Estâncias que não atenderem ao requisito previsto no inciso V do artigo 2º desta lei complementar deverão aplicar parte dos recursos oriundos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos de que trata o artigo 146 da Constituição do Estado em obras e serviços de infraestrutura básica, até que satisfaçam as condições estabelecidas nesta lei complementar.

§ 2º - A comprovação do investimento previsto no § 1º deste artigo deverá ser encaminhada à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo, juntamente com a documentação de que trata o §3º do artigo 6º desta lei complementar, como requisito indispensável para a sua classificação como Estância Turística.

Palácio dos Bandeirantes, 29 de abril de 2015.  
 GERALDO ALCKMIN  
 Roberto Alves de Lucena  
 Secretário de Turismo  
 Renato Villela  
 Secretário da Fazenda  
 Edson Aparecido dos Santos  
 Secretário-Chefe da Casa Civil

### ANEXO I SEGMENTAÇÃO DE TURISMO BASEADA NAS DEFINIÇÕES DO ÓRGÃO DE TURISMO NACIONAL

a) Turismo Social: é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão;

b) Ecoturismo: segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações;

c) Turismo Cultural: compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura;

- d)** Turismo Religioso: configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo;
- e)** Turismo de Estudos e Intercâmbio: constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional;
- f)** Turismo de Esportes: compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas;
- g)** Turismo de Pesca: compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora;
- h)** Turismo Náutico: caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas com a finalidade da movimentação turística;
- i)** Turismo de Aventura: compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo;
- j)** Turismo de Sol e Praia: constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias;
- k)** Turismo de Negócios e Eventos: compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social;
- l)** Turismo Rural: é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade;
- m)** Turismo de Saúde: constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos.
- Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 29 de abril de 2015.

**ANEXO B - LEI Nº 16.429, DE 31 DE MAIO DE 2017****LEI Nº 16.429, DE 31 DE MAIO DE 2017**

Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica

(Projeto de lei nº 258/2017, dos Deputados Abelardo Camarinha - PSB, Adilson Rossi - PSB, Afonso Lobato - PV, Aldo Demarchi - DEM, Alencar Santana Braga - PT, Ana do Carmo - PT, Analice Fernandes - PSDB, André do Prado - PR, André Soares - DEM, Antonio Salim Curiati - PP, Barros Munhoz - PSDB, Beth Sáhão - PT, Caio França - PSB, Campos Machado - PTB, Carlão Pignatari - PSDB, Carlos Bezerra Jr. - PSDB, Carlos Cezar - PSB, Carlos Giannazi - PSOL, Carlos Neder - PT, Cássio Navarro - PMDB, Célia Leão - PSDB, Celino Cardoso - PSDB, Celso Giglio - PSDB, Celso Nascimento - PSC, Cezinha de Madureira - DEM, Chico Sardelli - PV, Clélia Gomes - PHS, Coronel Camilo - PSD, Coronel Telhada - PSDB, Davi Zaia - PPS, Delegado Olim - PP, Doutor Ulysses - PV, Ed Thomas - PSB, Edmir Chedid - DEM, Edson Giriboni - PV, Enio Tatto - PT, Estevam Galvão - DEM, Feliciano Filho - PSC, Fernando Capez - PSDB, Fernando Cury - PPS, Geraldo Cruz - PT, Gil Lancaster - DEM, Gileno Gomes - PSL, Gilmaci Santos - PRB, Gilmar Gimenes - PP, Hélio Nishimoto - PSDB, Itamar Borges - PMDB, João Caraméz - PSDB, João Paulo Rillo - PT, Jooji Hato - PMDB, Jorge Caruso - PMDB, Jorge Wilson Xerife do Consumidor - PRB, José Américo - PT, José Zico Prado - PT, Junior Aprillanti - PSB, Leci Brandão - PCdoB, Léo Oliveira - PMDB, Luiz Carlos Gondim - SD, Luiz Fernando T. Ferreira - PT, Luiz Turco - PT, Marcia Lia - PT, Marcio Camargo - PSC, Marco Vinholi - PSDB, Marcos Damasio - PR, Marcos Martins - PT, Marcos Zerbini - PSDB, Maria Lúcia Amary - PSDB, Marta Costa - PSD, Milton Leite Filho - DEM, Milton Vieira - PRB, Orlando Bolçone - PSB, Paulo Correa Jr - PEN, Pedro Kaká - PTN, Pedro Tobias - PSDB, Professor Auriel - PT, Rafael Silva - PDT, Ramalho da Construção - PSDB, Raul Marcelo - PSOL, Reinaldo Alguz - PV, Ricardo Madalena - PR, Rita Passos - PSD, Roberto Engler - PSDB, Roberto Massafera - PSDB, Roberto Moraes - PPS, Roberto Tripoli - PV, Rodrigo Moraes - DEM, Rogério Nogueira - DEM, Roque Barbieri - PTB, Sebastião Santos - PRB, Teonilio Barba - PT, Vaz de Lima - PSD, Wellington Moura - PRB, Welson Gasparini - PSDB)

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Ficam classificados como de Interesse Turístico os seguintes Municípios:

I - Brodowski;

II - Buritama;

III - Espírito Santo do Pinhal;

IV - Jundiaí;

V - Martinópolis;

VI - Monte Alto;

VII - Pedreira;

VIII - Piedade;

IX - Rifaina;

X - Rubinéia;

XI - Sabino;

XII - Santa Isabel;

XIII - Tapiraí;

XIV - Tatuí.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 31 de maio de 2017

GERALDO ALCKMIN

Laercio Benko Lopes

Secretário de Turismo

Samuel Moreira da Silva Junior

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 31 de maio de 2017.

## ANEXO C – LEI MUNICIPAL Nº 4.976/2015

**Prefeitura Municipal de Tatuí**

GABINETE DO PREFEITO

Av. Cônego João Clímaco, nº 140 – Centro – Tatuí-SP

Fone: (15) 3259-8400 / Fax: (15) 3251-5174 – CEP 18270-900

**LEI MUNICIPAL Nº 4.976, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015**

- Aprova o PDT – Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Tatuí e dá outras providências.

**JOSÉ MANOEL CORREA COELHO – MANÚ**, Prefeito Municipal de Tatuí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Tatuí aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica aprovado o PDT - PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE TATUÍ/SP 2016-2022, conforme documento anexo.

**Art. 2º** O PDT- PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE TATUÍ/SP 2016-2022 consiste em um PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TURISMO que deverá ser acompanhado e avaliado, durante todo o período de sua execução e desenvolvimento, pelo Conselho Municipal de Turismo de Tatuí, sob a coordenação do atual Departamento Municipal de Cultura e Desenvolvimento Turístico, o mesmo deverá ser aprovado e revisado a cada 3 (três) anos pelo Conselho Municipal de Turismo de Tatuí.

**Art. 3º** O Poder Executivo e Legislativo Municipal empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e na progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade tatuiense o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tatuí, 27 de Outubro de 2015.

**JOSÉ MANOEL CORREA COELHO - MANÚ**  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no átrio da Prefeitura Municipal de Tatuí, em 27/10/2015  
Neiva de Barros Oliveira

(Ofício nº 705/15, da Câmara Municipal de Tatuí).

## ANEXO D – DECRETO MUNICIPAL Nº 20.285/2019



## Prefeitura Municipal de Tatuí

### GABINETE DA PREFEITA

Av. Cônego João Clímaco, 140 – Centro – Tatuí/SP

Fone: (15) 3259.8400 – CEP 18270.540

#### DECRETO MUNICIPAL Nº 20.285 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

*- Dispõe sobre a regulamentação da revisão do PDT - Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Tatuí/SP (atualização 2020-2022).*

**MARIA JOSÉ PINTO VIEIRA DE CAMARGO**, Prefeita Municipal de Tatuí, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

**CONSIDERANDO** que o artigo 2º da Lei Municipal nº 4.976, de 27 de outubro de 2015, dispõe que o “O PDT- Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Tatuí/SP 2016-2022 consiste em um Plano Diretor Municipal de Turismo (...)” e que “o mesmo deverá ser aprovado e revisado a cada 3 (três) anos pelo Conselho Municipal de Turismo de Tatuí”.

**CONSIDERANDO** que a revisão do PDT - Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Tatuí/SP (atualização 2020-2022) foi deliberada e aprovada pelo Conselho Municipal de Turismo de Tatuí aos 03 dias do mês de dezembro de 2019, conforme ata da 9ª reunião ordinária.

**CONSIDERANDO** que a revisão do PDT - Plano de Desenvolvimento Turístico do Município De Tatuí/SP (atualização 2020-2022) é de suma importância para Tatuí, sendo essa uma condição indispensável aos MITs (Municípios de Interesse Turístico), conforme condições e requisitos estabelecidos na Lei Estadual Complementar nº 1.261, DE 29 de Abril de 2015.

#### **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica regulamentado, nos termos deste Decreto, a revisão do PDT - Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Tatuí/SP (atualização 2020-2022), conforme documento em anexo.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tatuí, 17 de Dezembro de 2019.

**MARIA JOSÉ P. V. DE CAMARGO**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

Publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Tatuí, em 17/12/2019.  
 Neiva de Barros Oliveira



## ANEXO D – DECRETO MUNICIPAL Nº 4.967/2015



## Prefeitura Municipal de Tatuí

### GABINETE

Av. Cônego João Climaco, nº 140 – Centro – Tatuí-SP  
 Fone: (15) 3259-8421 / Fax: (15) 3251-4773 – CEP 18270-900

#### LEI MUNICIPAL Nº 4.967, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

*-Dá nova redação ao artigo 1º e 2º da Lei Municipal nº 3.208, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a criação do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo, e dá outras providências.*

JOSÉ MANOEL CORREA COELHO - MANÚ, Prefeito do Município de Tatuí, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Dá nova redação ao artigo 1º da Lei Municipal nº 3.208, de 20 de dezembro de 1999:

*“Art. 1º Fica criado o COMTUR – Conselho Municipal de Turismo que se constitui em Órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo e consultivo para assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico de Tatuí.”*

Art. 2º Dá nova redação ao artigo 2º da Lei Municipal nº 3.208, de 20 de dezembro de 1999:

*“Art. 2º O COMTUR fica assim constituído:*

*I – Representantes do Setor Público:*

- a) 02 (dois) representantes do Órgão Municipal de Desenvolvimento Turístico;*
- b) 01 (um) representante do Órgão Municipal de Cultura;*
- c) 01 (um) representante do Órgão Municipal de Educação;*
- d) 01 (um) representante do Órgão Municipal de Meio Ambiente;*
- e) 01 (um) representante do Órgão Municipal ligado ao Esporte, Lazer e Juventude;*
- f) 01 (um) representante do Museu Histórico Paulo Setúbal de Tatuí;*



## Prefeitura Municipal de Tatuí

### GABINETE

Av. Cônego João Clímaco, nº 140 – Centro – Tatuí-SP  
Fone: (15) 3259-8421 / Fax: (15) 3251-4773 – CEP 18270-900

#### LEI MUNICIPAL Nº 4.967, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

*g) 01 (um) representante do Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” de Tatuí.*

#### *II – Representantes da Sociedade Civil*

*a) 01 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial de Tatuí – ACE;*

*b) 01 (um) representante do Serviço Nacional da Indústria – SESI de Tatuí;*

*c) 01 (um) representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Posto Sebrae de Tatuí;*

*d) 01 (um) representante do Sindicato Rural Patronal de Tatuí;*

*e) 01 (um) representante da Cultura Tropeira de Tatuí;*

*f) 01 (um) representante dos Turismólogos Autônomos de Tatuí;*

*g) 02 (dois) representantes dos Restaurantes, Bares e Similares;*

*h) 01 (um) representante dos Profissionais de Alimentação e Gastronomia;*

*i) 02 (dois) representantes de Associação do Segmento Turístico ou Cultural;*

*j) 01 (um) representante do Segmento Hoteleiro;*

*k) 02 (dois) representantes das Instituições de Ensino Superior de Tatuí;*

*l) 02 (dois) representantes da área Empresarial ou Comercial;*

*m) 02 (dois) representantes dos Produtores de Doces de Tatuí;*

*n) 01 (um) representante do Turismo Rural;*

*o) 01 (um) representante do Turismo Religioso;*

*p) 01 (um) representante do Receptivo Turístico ou das Agências de Viagem e Turismo;*

*q) 01 (um) representante do Artesanato de Tatuí;*

*r) 01 (um) representante da Imprensa de Tatuí;*

*s) 02 (dois) representantes de Áreas diversas da sociedade.”*



**Prefeitura Municipal de Tatuí**  
**GABINETE**

Av. Cônego João Clímaco, nº 140 – Centro – Tatuí-SP  
Fone: (15) 3259-8421 / Fax: (15) 3251-4773 – CEP 18270-900

**LEI MUNICIPAL Nº 4.967, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Tatuí, 19 de Agosto de 2015.

**JOSÉ MANOEL CORREA COELHO - MANÚ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Tatuí, em 19/08/15.  
Neiva de Barros Oliveira

(Ofício nº 508/15, da Câmara Municipal de Tatuí).